

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

VALDIR BELOTO

**PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO  
DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF**

PORTO ALEGRE

2009

VALDIR BELOTO

**PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO  
DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF**

Trabalho de conclusão do curso de Especialização em Gestão de Negócios Financeiros, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), da Escola de Administração (EA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Delayti Motta

PORTO ALEGRE

2009

**VALDIR BELOTO**

**PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO  
DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF**

Trabalho de conclusão do curso de Especialização em Gestão de Negócios Financeiros, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), da Escola de Administração (EA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Delayti Motta

Conceito Final: \_\_\_\_\_

Aprovado em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. (a): Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. (a): Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. (a): Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **DEDICATÓRIA**

A minha família pelo apoio, incentivo e amor sem fim.

Especialmente a minha esposa Rosangela e aos  
meus filhos Amanda e Alisson Mateus.

A Deus, pela oportunidade de ser feliz e realizado.

## **AGRADECIMENTOS**

A todos os professores, a cada tempo e a cada modo, que deixaram marcas importantes em minha formação, o agradecimento especial.

Ao Banco do Brasil pelo auxílio de bolsa concedida, por ter-me facilitado este estudo de pós-graduação e pelo apoio no desenvolvimento deste trabalho, que sem dúvida irá contribuir para a minha carreira profissional, o meu sincero agradecimento.

A professora Edith Kirchner Poltronieri, o meu agradecimento especial pela colaboração.

## RESUMO

Esse estudo pesquisa visa apresentar uma abordagem sobre “Concepções sobre a Agricultura Sustentável de Pequenas Propriedades Catarinenses - Destacando o Município de Agronômica”, Principalmente, por reconhecer que o estado de Santa Catarina, pela sua diversidade, pela riqueza de seu patrimônio natural e pela estrutura fundiária, distingue-se pela presença da agricultura familiar nas pequenas propriedades rurais diluídas em seus Municípios. Sendo que essas propriedades rurais se destacam pela importância social e econômica através de seus produtos de origem vegetal e de origem animal, tornando o Estado um dos principais fornecedores de alimentos do País. Nesse contexto, destaca-se o Município de Agronômica, por ter um papel de grande relevo no processo da agropecuária, que objetiva integrar o agricultor e sua família no meio rural, pela adoção de políticas públicas a nível federal, estadual e municipal. Tem como um dos eixos o Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar) em parceria com o Banco do Brasil através do Plano Rural: 2008-2009, além de outras instituições, que estimulam e apoiam a agricultura alternativa, convencional e orgânica ou mesmo de outras modalidades entre outras atividades. Desta forma, os produtores terão maior estrutura para enfrentar os impactos adversos da globalização, juntamente com as condições internas de mercado desfavoráveis que afetam fortemente o meio rural. Se houver parcerias, haverá maior desenvolvimento nas propriedades rurais, e os produtores sentir-se-ão mais seguros e terá maior nível de satisfação, bem-estar econômico, social e ambiental, de modo em geral.

## ABSTRACT

This research-study aims at presenting a discussion on “Conceptions on the Sustainable Agriculture of Small Catarinense Properties - Focusing the City of Agronômica”; mainly for recognizing that the State of Santa Catarina, due to its diversity, rich natural patrimony and agrarian structure is distinguished for the presence of familiar agriculture in the small properties spread in its Cities. Such rural properties are considered relevant for the social and economic importance because of their vegetal and animal origin products, which makes the Santa Catarina State one of the main food suppliers of the Country. In this context, the City of Agronômica is distinguished for having an important role in the farming process, and it aims at integrating the agriculturist and his/her family in the agricultural context by following public policies - on federal, state and municipal level. One of the supports is PRONAF (National Program of Familiar Agriculture) in partnership with the *Banco do Brasil* (Bank of Brazil) through the Agricultural Plan: 2008 - 2009, also counting on other institutions that stimulate and support alternative, conventional and organic agriculture or even other modalities among diverse ones. In such a way, the producers will have a greater structure to face the adverse impacts of the globalization and the unfavorable internal conditions of market that badly affect the agriculture. If there are partnerships, there will be a greater development in the rural properties, the agriculturists will feel safer and there will be a greater satisfaction level, and economic, social and environmental wellness on a general way.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>CAPÍTULO I: Concepções sobre a agricultura sustentável de pequenas propriedades: destacando o município de Agronômica/SC</b> .....	11
<b>CAPÍTULO II: Definindo agricultura de subsistência familiar Catarinense</b> .....	16
<b>CAPÍTULO III: O que saber sobre agricultura orgânica em Santa Catarina</b> .....	20
<b>CAPÍTULO IV: Cultivo e manejo de árvores plantadas &amp; sustentabilidade</b> .....	23
<b>CAPÍTULO V: PRONAF – Aspectos gerais</b> .....	29
1.1 Programa Nacional da Agricultura Familiar – PRONAF.....	33
1.2 Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar.....	37
<b>CAPÍTULO VI: Histórico do Município de Agronômica/SC</b> .....	39
1.1 Localização e área.....	40
1.2 Clima e Relevo.....	40
1.3 Recursos Hídricos.....	41
1.4 Dinâmica Populacional.....	41
1.4.1 População Urbana e Rural ano 2007.....	41
1.4.2 População masculina e feminina ano 2007.....	41
1.5 Atividade econômica rural.....	41
1.5.1 Aspectos sócio-econômico e de infra-estrutura.....	41
1.5.2 Utilização das terras.....	43
1.5.3 Principais atividades Agrícolas.....	43
1.5.4 Principais atividades Pecuárias.....	43
1.5.5 Síntese.....	43
1.6 Linhas gerais da agricultura familiar do Município de Agronômica/SC.....	44
1.7 Banco do Brasil: O que faz.....	46
1.8 Plano rural – agências do Banco do Brasil safra 2008/2009.....	48
1.8.1 Diretrizes Gerais para o agronegócio.....	48
1.8.2 Crédito rural.....	49
1.8.3 Não Constitui função do crédito rural.....	49
1.8.4 O crédito rural no Banco do Brasil tem os seguintes objetivos.....	50
1.8.5 O crédito rural do Banco do Brasil tem as seguintes finalidades.....	50
1.8.6 Público alvo do crédito rural.....	50
1.8.7 Não pode operar no crédito rural, por força de dispositivo legal.....	51
1.8.8 Fontes de recursos para o crédito custeio agrícolas.....	51
1.8.9 Juros Controlados.....	51
1.8.10 Classificação do produtor.....	51
1.8.11 Rebates para fins de classificação do produtor.....	52
1.8.12 Licenciamento ambiental.....	53
1.8.13 Limite financiável.....	53
1.8.14 Capacidade de pagamento.....	53
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	57
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	59



## INTRODUÇÃO

O tema apresentado versa sobre “Concepções sobre a Agricultura Sustentável de Pequenas Propriedades Catarinenses, destacando-se o Município de Agronômica”, por se constituir numa pesquisa que representa em mais uma contribuição à população ou a quem possa interessar, um leque de informações e conhecimento sobre esse promissor segmento agrícola.

Ressalta-se, que Santa Catarina tem uma estrutura fundiária caracterizada pela predominância de uma agricultura familiar de pequenas propriedades rurais, e por ser um dos Estados principais que produz alimentos, porque suas lavouras e criações apresentam produtividade das mais altas do Brasil.

Esse potencial agropecuário Catarinense advém de seus Municípios, destacando o Município de Agronômica, por gerar correntes produtivas voltadas à lavoura e a comercialização de seus produtos. Principalmente, por ser um empreendimento voltado à renda familiar, na obtenção de melhorar o padrão de vida. Isto porque, muitos agricultores enfrentam diariamente dificuldades e controvérsias, seja em relação aos problemas econômicos, sociais e ambientais, dentre outros, que necessitam de apoio governamental, pelos programas oferecidos.

De maneiras, que essa ajuda contribui em muito para a consolidação do desenvolvimento rural sustentável do Município de Agronômica e conseqüentemente em todo o Estado.

Visto, que “a agricultura é uma atividade econômica e como tal só poderá sustentar-se se é rentável e para isso seja possível, deverá ser encarada como uma visão empresarial” (ARAÚJO, 1995).

O que nos quer dizer, para ter-se uma forma profissional e empresarial de fazer agricultura requer que os agricultores tenham melhores conhecimentos, habilidades, aptidões, destreza e oportunidades, buscadas e oferecidas pelo governo federal, estadual e municipal. Se interando e se questionando das viabilidades do como fazer? O que fazer? Quando e quanto fazer?

Assim, poderá verificar sua situação e condições para prover-se dos programas ou outra modalidade de políticas públicas oferecidas pelo governo, através do acesso à créditos investimentos subsidiados pelas linhas do PRONAF.(Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em parceria com o Banco do Brasil pelo seu Plano Rural – Safra

2008 – 2009, que irá beneficiá-los com custeio e investimentos individuais e até coletivos, associados ou não a capital de giro, nas atividades de produção agropecuária familiar, colocação da produção no mercado, dentre outros. Tendo como respaldo a Prefeitura através da Secretaria da Agricultura, Epagri, Cidasc ou outros.

Assim, essas oportunidades de crédito e de investimentos nos diversos setores que compõem o campo da atividade econômica, estará contribuindo para que Agrônômica possa com mais qualidade enfrentar os desafios da agricultura e vencer as barreiras da comercialização com mais confiança e produtividade sustentável.

# CAPÍTULO I

## CONCEPÇÕES SOBRE A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL DE PEQUENAS PROPRIEDADES: DESTACANDO O MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA /SC

Parte-se da premissa que a agricultura é uma atividade econômica e como tal só poderá sustentar-se se são rentáveis e para que seja possível, deverá ser encarada como uma visão empresarial. Isto porque, o agricultor é empresário de sua própria produção e um dos esteios da economia brasileira.

Conforme dados da Organização das Nações Unidas (ONU) para Agricultura e Alimentação (2006), pode-se dizer em linhas gerais, que a capacidade de competir, o porte e o dinamismo de nossa agropecuária alçaram o Brasil à condição de potência agrícola mundial. Talvez, por isso, o País tem sido confrontado com toda sorte de restrições e ameaças ao crescimento continuado de sua agricultura. Há desafios a serem enfrentados tanto na frente doméstica quanto na frente externa.

Visto que a noção de sustentabilidade na agropecuária parece carecer de uma crítica que não permite rever prioridades tanto nos aspectos tecnológicos e ambientais, como também é necessário redimensionar os papéis do social e do natural no tratamento dessas questões. Muitas vezes, elencadas também pelo governo, de Santa Catarina, pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri e pelos próprios agricultores, dentre outros.

Embora, haja lideranças de importante grupo de países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC):

Interessados na eliminação das barreiras que são entraves ao comércio agrícola, sejam as tarifárias e não-tarifárias, aos subsídios a produtos dos países mais desenvolvidos e as práticas desleais de comércio, que trazem prejuízos incomensuráveis aos países produtores e exportadores de alimentos, especialmente o Brasil. Na obtenção de minimizar ou quem sabe até extinguir esses entraves ao comércio agrícola, principalmente na frente externa.<sup>1</sup>

Pelos estudos, observa-se que o crescimento sustentável da agropecuária brasileira abrange exigências do mercado externo que repercutem internamente no País, e sujeitas as dificuldades inerentes à legislação interna e questões de natureza política.

---

<sup>1</sup> Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura- MDA- SC. Instituto CEPA- SC, 2006.

Enquanto, no âmbito interno, as deficiências na infra-estrutura do País e o distanciamento da pesquisa agropecuária nacional dos líderes mundiais nas inovações biotecnológicas são fortes ameaças à manutenção e a ampliação de nossa capacidade de competir internacionalmente. E neste jogo comercial, o Estado de Santa Catarina está também inserido, assim como os demais Estados. Todos sofrem as conseqüências por não estarem mais bem preparados, para esmiuçar esses problemas e sugerir políticas que estimulem o crescimento continuado da agropecuária.

Visto, que em todos os Estados, principalmente em Santa Catarina:

O produtor rural tem assistido a substancial redução de sua renda, como resultado, na maior parte das cadeias produtivas, da elevação dos custos de produção e da queda dos preços que recebe pelo que produz. Isso, conforme se tem alegado, deve ser debitada a sobrevalorização do câmbio, a pouca concorrência verificada entre fornecedores de insumos agrícolas e de processadores da produção agropecuária. Abundam as suspeitas de formação de cartéis. A mão-de-obra é outra fonte de preocupação. Os salários agrícolas são baixos, mas os custos da mão-de-obra são caros demais para a maioria dos agricultores. As obrigações trabalhistas são uma cunha entre o que o trabalhador recebe e o que o empregador paga e conseqüente desestímulo a formação dos contratos de trabalho no meio rural.<sup>2</sup>

As pequenas propriedades rurais de Santa Catarina, inseridas em seus Municípios, enfrentam esses problemas diariamente, como também tem o desafio de produzir alimentos para o País e o mundo. Além de reconhecer que existem problemas derivados de fatores externos e internos que os pequenos agricultores também enfrentam como:

- Problemas derivados de fatores externos, que são gerados fora das propriedades e comunidades, ou cuja solução não depende ou está fora do controle dos agricultores, mas cujos reflexos recaem sobre os municípios do País.
- Problemas derivados de fatores internos, que são gerados dentro das propriedades e comunidades e cuja solução está ao alcance dos agricultores.<sup>3</sup>

Os problemas internos dos pequenos agricultores, esses são crônicos e graves, gerados dentro de suas propriedades e comunidades, são pouco analisados e valorizados, ficando em segundo plano. Principalmente, por não ser oferecido aos agricultores, reais oportunidades de desenvolver seu potencial humano, elevar sua autoconfiança e desejo de superação aos problemas que enfrentam, na obtenção de melhorar suas condições de produção, bem-estar familiar e, sobretudo porque dispõem de recursos mínimos para fazê-los.

---

<sup>2</sup> VARASCHIN, V. M. et ali. **O valor da produção Agropecuária nas microrregiões geográficas de Santa Catarina**. Florianópolis: Instituto CEPA- SC, 2007.

<sup>3</sup> Ibid, 2007.

Enfim, uma agricultura e pecuária ineficiente não gerarão os recursos necessários para aumentar a rentabilidade e lucros desses pequenos produtores dos Municípios do País. No caso, o Município de Agronômica/SC, também passa pelos problemas externos e internos, no tocante à produção e ao seu processo produtivo como forma de sustentabilidade e de promover o desenvolvimento econômico, cujo plano rural sustentável será apresentado no teor desse trabalho para ser apreciado.

Considerando que Santa Catarina, faz parte do mesmo sistema econômico, mas se diferencia no País, por ter uma economia agrícola de base familiar, de estabelecimentos agrícolas menores, de produção relativamente diversificada e de maior valor agregado. Embora seu crescimento na agricultura tenha sido notável, ainda tem pela frente grandes desafios, seja na produção como no seu processo produtivo, seja na necessidade de criar novas fontes de atividades no interior, evitando assim o êxodo dos agricultores para as cidades.

Conforme dados divulgados pelo IBGE, (2003). “O PIB da agropecuária de Santa Catarina cresceu 2,4% em 2002, menos do que nos dois anos anteriores, que foi cerca de 10%. O aumento da produtividade obtida pela indústria e pelo campo e a desvalorização cambial combinada com a abertura de novos mercados, tem estimulado as exportações.”<sup>4</sup>

Portanto, os agricultores de Santa Catarina não podem parar, devem reestruturar suas organizações e redefinir estratégias a cada ano, para que possam garantir e ampliar sua produção e mercado. Apesar da competitividade, da diversidade climática, altas taxas de juros, custos de insumos, sua própria subsistência familiar, devem buscar apoio, informações e orientações do pessoal da Epagri, Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - Cidasc, Secretaria da Agricultura das Prefeituras, como também, procurar se agregar em associações, cooperativas e programas do governo como o Pronaf, Programa Nacional de Agricultura Familiar, entre outros, para que possam assegurar sua sustentabilidade e subsistência no campo.

Visto, que os pequenos agricultores, em sua grande maioria, acompanham os noticiários, se informam e recebem informações a respeito da “avaliação do Projeto Microbacias e das pesquisas realizadas pelo Instituto de Planejamento em Economia Agrícola de Santa Catarina - Icepa, 2005 para o Banco Mundial e constatam que os produtores catarinenses aumentarem a produtividade de suas lavouras e reduziram seus custos de produção, mas não conseguiram aumentar suas rendas”.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> EPAGRI- Rio do Sul/SC. Dados divulgados pelo IBGE- SC. Florianópolis/SC, 2003.

<sup>5</sup> EPAGRI- Rio do Sul/SC. Informações CEPA- SC. Florianópolis/SC, 2005.

Assim, como reconhecem que o setor da agricultura sofre com as alterações do mercado nacional e internacional. Em especial “Santa Catarina, que é composta por pequenos e médios produtores e seus produtos compõem as cestas básicas, alicerce do plano real e os insumos acompanham a variação do dólar”.<sup>6</sup>

Em estudo, percebe-se que o montante de recursos públicos também estão direcionados ao desenvolvimento da agropecuária, da preservação do meio ambiente ou a recuperação dos recursos naturais degradados, em projetos de pesquisa, programas de incentivo agrícola, mas também em outras áreas, em pequena escala ainda. Portanto representam custos adicionais aos empresários da agroindústria e outros, cujo ônus também recaem sobre a sociedade através da concessão de incentivos fiscais e subsídios.

Os recursos públicos, de forma generalizada, destinados principalmente ao desenvolvimento de tecnologias, de programas de incentivo agrícola familiar, de produtos destinados aos agricultores de pequenas propriedades rurais como as dos municípios que compõem o Estado de Santa Catarina, como é o caso de Agronômica, que tem o intuito de aumentar sua produtividade e rentabilidade econômica, não só para o Município, Estado, mas também competir nos mercados globalizados.

Considerando que a política agrícola do Governo Federal e implementadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, para o fortalecimento da agricultura familiar, foi criado o Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, que contém muitas linhas para atender os agricultores das pequenas propriedades rurais, de todos os Estados com seus Municípios do Brasil.

Esse apoio ao desenvolvimento dos agricultores familiares advindos do Pronaf age em parceria também com o Banco do Brasil, tanto no custeio como nos investimentos, através do Departamento de Financiamento e Proteção à produção Agrícola – Crédito Pronaf, que dispõem do crédito rural, do mecanismo de seguro contra os efeitos do clima adverso que pode afetar a produção e do seguro contra as variações de preços que diminui a renda, dentre outros. Dos quais, são acompanhados por agentes fiscalizadores do Banco do Brasil, que irá em loco verificar se o investimento credenciado está sendo aplicado e recebem orientações. E sobre essas visitas os fiscalizadores fazem relatórios ao Banco sobre a constatação e acompanhamento.

Veja bem, esse conjunto de políticas em prol dos pequenos agricultores de Santa Catarina, principalmente do Município de Agronômica, foco expositivo de seu plano rural,

---

<sup>6</sup> <http://www.cni.unc.br/adrplan/agricultura.htm#agro>. Acesso em 10/11/2008.

tem também como retaguarda assegurar o capital dispensado, para que os agricultores possam realmente viabilizar as prioridades a que se propõe realizar na obtenção de melhorar o desempenho produtivo e da qualidade de vida rural.

Visto, que “os contratos do Crédito Rural do Pronaf são individualizados a cada agricultor, e o não cumprimento dos mesmos implica sanções. As linhas de crédito do Pronaf são de custeio, investimento, agroindústria, cotas-parte, capital de giro, entre outras, utilizadas para financiar atividades individuais, grupais ou coletivas para geração de renda e agregação de valor.”<sup>7</sup>

Nota-se, que o Pronaf criado pelo Governo Federal é de grande valia para os pequenos produtores rurais, juntamente com outros programas agrícolas das Prefeituras Municipais, através de suas Secretarias da Agricultura em parceria com a Epagri, Cidasc e Banco do Brasil. Oferecem-se aos agricultores, para que possam desenvolver com mais segurança sua lavoura e outros produtos com garantia de renda.

Assim, os agricultores familiares podem criar condições para que a pequena produção possa se alargar, melhorar seus produtos e operar sua produção com mais segurança na busca de melhor mercado, aumento de ganho, subsistência familiar, com menor risco de perder a safra e as variações de preços.

De maneira, que a agricultura familiar ainda vai continuar a enfrentar riscos diversos para se manter em evidência. E os governos das três esferas: Federal, Estadual e Municipal criando programas e projetos para o desenvolvimento agrícola, evitando assim, o êxodo desses agricultores para as cidades. Isto porque, a agricultura representa a base de subsistência e vida dos seres vivos e uma das bases econômicas do país.

---

<sup>7</sup> BRASIL. Ministério d Desenvolvimento agrário. Secretaria da Agricultura Familiar/ SAF. Pronaf. Documento de Adoniram Sanches Peraci. Secretário de Agricultura Familiar para os Estados. Brasília, Setembro 2007.

## **CAPITULO II**

### **DEFININDO AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA FAMILIAR CATARINENSE**

O agricultor catarinense de pequenas propriedades rurais são portadores de uma cultura rural original, na sua grande maioria, construída ao longo de mais de um século com base na inesgotabilidade dos recursos naturais. Isto porque, a baixa densidade demográfica no espaço rural é, até certo ponto, reduzido devido a certos fatores como desvalorização de sua atividade, baixos preços pelos produtos, pouca atenção das políticas públicas, alto custo dos insumos, adversidade climática, dentre outros, os forçam muitas vezes, a trocar o campo pelas atividades urbanas, na busca da subsistência familiar e de melhor qualidade de vida.

Considerando, que ainda há uma maioria de pequenas propriedades rurais nas proximidades das áreas urbanas, devido ao melhor acesso a comunicações e informações daí resultantes. De sua cultura original prevalecem ainda muitos aspectos e que da cultura advéncia do meio urbano o produtor apenas incorpora os acessórios que se lhe apresentam com alguma utilidade.

Temos propriedades rurais que coexistem ao lado da antena parabólica, do computador, da internet, mas vivem ainda perto de fontes de água não protegidas, sistemas de abastecimento de água potável sem tratamento e ainda há instalações sanitárias desaguando em cursos d'água, que aos poucos vão mudando, pelas orientações recebidas pela Epagri, Cidasc, Prefeitura e vão se enquadrando e se conscientizando dos benefícios de práticas saudáveis para agropecuária, para o solo produtivo, para o meio ambiente e para a vida de modo geral. E isto, só trará higiene e qualidade aos produtos coloniais, conquistará melhores mercados, ascensão social e econômica tanto para o agricultor como para o município.

Visto, que a agricultura de subsistência familiar:

É um sistema agrícola que visa a sobrevivência do agricultor e de sua família. É caracterizada pela utilização de recursos técnica pouco desenvolvida. Os instrumentos agrícolas mais usados são: Enxada, foice, arado, micro trator Tobatta, trator da prefeitura pago por hora trabalhada para extensão maior de área rural, etc. A produção é baixa em comparação às grandes propriedades rurais mecanizadas.<sup>8</sup>

De maneiras, que os produtores catarinenses, principalmente os do Município de Agronômica, deverão observar o meio ambiente, incluindo ai o clima, para o planejamento

---

<sup>8</sup> <http://www.saapesquisa.com/oquee/agriculturadesubsistenciafamiliar.htm>. Acesso em 03/04/08.



das safras, escolha dos melhores cultivos e criações e seu manejo, determinação da época ideal de plantio, colheita, etc. Portanto, muito ainda precisa ser feito para a sustentabilidade.

Se os produtores também incorporarem em suas estratégias de ação, a tomada da consciência da sustentabilidade estará aumentando nas comunidades o desejo de consumir produtos obtidos de acordo com tecnologias e processos de produção adequados. O que sem dúvidas, levará o agricultor a ter uma visão de melhor eficiência econômica para seu desenvolvimento sustentável, seja no desempenho das produções, seja na produtividade, das lavouras comerciais e conseqüentemente para a competitividade no mercado, entre outros. Que poderá proporcionar aos produtores melhores rendimentos e aos consumidores melhor qualidade de produtos saudáveis.

Visto que uma mudança na base da agricultura, seja da convencional, para orgânica ou para ecológica, ou outra modalidade, está se dando não de forma homogênea, mas todas estão voltadas ao desenvolvimento rural sustentável-familiar.

Nos Municípios, onde ocorre estímulo para adoção de políticas públicas por meio de programas do Pronaf, das Prefeituras ou outras e, sobretudo de crédito rural em parceria ou não pelo Banco do Brasil ou outro, implementadas em grande parte por pesquisa e de extensão rural pela Epagri, Cidasc, outra. Concorrem para novos estilos, técnicas, tecnologias mais produtivas, com formas até então tradicionais, convencionais, orgânicas de produção, Propiciarão uma agricultura mais sustentável, observando a atual conjuntura agrícola.<sup>9</sup>

Se analisarmos a capacidade do agricultor de orientar seu empreendimento agrícola, por menor que seja, no contexto do Município em que ele está inserido, deverá organizar-se através de:

Dois objetivos principais:

- implementar suas próprias estratégias de desenvolvimento econômico rural;
- Exigir dos poderes públicos a implementação de políticas e estratégias de médio e longo prazo, objetivando criar um ambiente favorável à sua inserção no mercado. Isto, porque o agricultor precisa defender seus interesses, sua sobrevivência ao longo do tempo, o padrão de renda e qualidade de vida, ante o Município Estado e País.<sup>10</sup>

Nesta linha de ação, os agricultores terão capacitação gerencial para viabilizar as propostas produtivas se são viáveis ou não aos seus recursos financeiros, de acordo com a estratégia de desenvolvimento sustentável familiar, beneficiamento, agroindustrialização,

---

<sup>9</sup> PAULUS, M. J. & SCHLINDWEIN, S. L. **Do padrão moderno a agricultura alternativa**. Artigo. EPAGRI-Agropecuária. Florianópolis/ SC, 2002.

<sup>10</sup> INSTITUTO CEPA/SC. **Agricultura orgânica- SC**. Grande Florianópolis Sustentabilidade- Indicadores de Desenvolvimento. Instituto CEPA/SC. Florianópolis/SC, 2005, p. 52-53.

comercialização, lucros e perdas, prestação de assistência técnica, extensão rural e transferência de tecnologia pela Prefeitura ou outra. Com vistas a facilitar a tomada de decisões em seus empreendimentos, evitando ao máximo os riscos em prol da manutenção de ocupações produtivas, a ampliação da renda e sua continuidade na zona rural.

Nestes aspectos, também se encaixa o conhecimento das atividades e das áreas que exigem mais informações. Para que possam ser supridas pelas instituições de apoio, governamentais ou não, que possam auxiliar os pequenos produtores na implantação de mecanismos ou outras formas mais apropriadas ao seu desenvolvimento rural.

Nota-se, pelos estudos que as pequenas propriedades rurais produtivas de uso intensivo de mão-de-obra familiar, devem diversificar suas explorações, principalmente na produção de pequenos animais como gado, suínos, aves, na produção de leite, ovos, produção de hortaliça, de grãos, de frutas, etc. Tanto para a alimentação básica da família, como para vender nas feiras, nas associações, nas agroindústrias, dentre outros. Entretanto, este tipo de agricultura não será mantido por muito tempo. Os últimos censos apontam uma evasão crescente da população do meio rural em busca de melhores oportunidades nas cidades. (Cf. Instituto Icepta/SC, 2005).

Visto que o Estado de Santa Catarina preocupa-se com esta situação dos pequenos produtores rurais:

É inadiável a implantação de medidas alternativas que favoreçam a permanência de parcela dessa população nas áreas rurais com reais possibilidades de trabalho e renda. O Estado desenvolve em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária - Embrapa, Epagri, Universidade Federal de Santa Catarina - Ufsc e o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo Cepagro, questões de informações básicas sobre a realidade, na obtenção de agregar renda na agricultura, através de pequenos agronegócios e agroindústrias alimentares, cuja produção estivesse voltada para a comercialização, como alternativa de empreendimento, como complemento de renda familiar. Tem o objetivo de impulsionar novas ações de pesquisa capazes de oferecer suporte técnico para o desenvolvimento de novas iniciativas para esta atividade.<sup>11</sup>

Observa-se, que o Estado de Santa Catarina, assim como seus Municípios, principalmente Agronômica tem preocupação com seus pequenos agricultores, na obtenção de gerar novas alternativas de produção e renda na promoção da agricultura familiar com novos empreendimentos, vinculados e assistidos pela Prefeitura, pelo Pronaf, Branco do Brasil, Epagri, Cidasc, dentre outros.

---

<sup>11</sup> INSTITUTO CEPA/SC. **Características e Necessidades de Informações na pequena agroindústria familiar.** Agroindústria - estudo de caso. Florianópolis/SC, 2002, p. 8-9.

Assim, o Município de Agronômica e seus órgãos, conhecedores das reais situações enfrentadas pelos agricultores, terão em mãos elementos de referência para que possam ser apoio e possam priorizar as ações como: direcionar investimento, direcionar orientações técnicas, capacitar mão-de-obra, compor parcerias, fomentar a produção e indicar novos mercados, estabelecer estratégias de logística e de marketing, pesando os riscos e outras formas de atuação, para que os agricultores possam acelerar etapas de financiamentos e créditos baixos, reduzir prazos, ampliar e consolidar negócios locais, regionais e até internacionais, quem sabe! Orientações essas, com aplicação de recursos do Pronaf - Banco do Brasil ou outros se forem bem dinamizados, gerará efeitos multiplicadores no desenvolvimento rural mediante o aumento da produção.

Outros aspectos a ser considerados:

São as demais dificuldades que se diluem em grau de importância como: os preços baixos dos produtos, custos elevado nos aspectos ligados aos insumos, mão-de-obra, problemas relacionados a embalagem, burocracia e aspectos fiscais, dificuldades com equipamentos, problemas de saúde, concorrência com grandes empresas, idade avançada do pessoal, falta de incentivos municipais, custos elevados para utilização de rótulos, falta de subsídios, juros altos, dificuldades para incremento de vendas, instalações adequadas para os animais, insuficiência de mercado, custo e obtenção de frete, manutenção de estoque de produtos com diferentes qualidades, dentre outras. Dificuldades essas elencadas pela Secretaria da Agricultura da Prefeitura, Epagri e Cidasc em reuniões no Município de Agronômica. Dificuldades essas que também são elencadas nos demais Municípios do Estado.<sup>12</sup>

Considera-se, que são dificuldades muito comuns e de importância capital nos empreendimentos agrícolas, e que são enfrentadas diariamente pelos pequenos agricultores em suas propriedades. Por isso, a importância de um plano de desenvolvimento rural no Município com o apoio de outros órgãos ou instituições, na definição de ações a serem desenvolvidas nos próximos anos, de acordo com a área de competência de cada uma. No sentido de indicar rumos, alternativas ou outras formas de rendimento que viabilizem ações necessárias que possam acontecer de forma integrada, de modo que possam atender as dificuldades, na obtenção de melhorias e desenvolvimento das pequenas propriedades rurais em prol dos produtores e da economia do Município.

---

<sup>12</sup> SINTESE ANUAL DA AGRICULTURA – EPAGRI. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2002. Epagri - Rio do Sul/SC, 2008.

### CAPITULO III

## O QUE SABER SOBRE AGRICULTURA ORGÂNICA EM SANTA CATARINA

Nos últimos anos, tem-se dado maior importância a processos alternativos que levem à integração de esforços entre extensão e pesquisa, e com resultados melhores e concretos aos produtores rurais, principalmente os de baixa renda.

Um desses resgates é a agricultura orgânica, o uso de tecnologias próprias dos agricultores, que durante anos, muitos dos agricultores rurais a utilizaram e utilizam ainda, por não terem recursos para aquisição de insumos devido o alto custo na agricultura convencional.

Considerando que, “apenas recentemente a utilização dos conhecimentos do agricultor no processo de desenvolvimento tem recebido maior atenção. Naturalmente esses conhecimentos não são novos, tendo existido por gerações, mas só ultimamente vem sendo reconhecido por cientistas e pesquisadores, no que tange a agricultura orgânica”.<sup>13</sup>

Visto que esse saber do agricultor, por estar diariamente lidando com a agricultura, demonstram suas técnicas até para alta produção. Muitas vezes, ou quase sempre recebem orientações e acompanhamento por técnicos da Epagri. Ou são, também auxiliados por programas, entre eles o Pronaf, em parceria com o Banco do Brasil, que oferece acesso à crédito a juros baixos, orientado, de forma gradual, com valores adaptados à realidade das famílias rurais e mecanismos de subsídios que estimulam a acumulação de ativos e conseqüente capitalização das propriedades produtivas.

Conforme fundamentação, que seria agricultura orgânica? “Agricultura orgânica é o sistema de manejo sustentável da unidade de produção, com enfoque sistêmico que privilegia a preservação ambiental, a agrobiodiversidade, os ciclos biogeoquímicos e a qualidade de vida humana.”<sup>14</sup>

Na visão holística, pode-se dizer que na agricultura orgânica se aplica aos conhecimentos da ecologia, que significa o estudo da relação dos seres vivos com o seu meio ambiente, no próprio manejo para o cultivo e produção das culturas desenvolvidas.

---

<sup>13</sup> KAMP, J. Van Der & SCHUTHOF, P. **Geração Participativa de tecnologias: implicações práticas e teórica**. Rio de Janeiro: ASPTA, 1999, p. 94.

<sup>14</sup> <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/Fontes/CaféOrganico2ed/fundamentos.htm>. Acesso em 12/11/08.

Conforme sistemas de produção – Embrapa: “na agricultura orgânica a unidade de produção é tratada como um organismo integrado com a flora e a fauna”.<sup>15</sup>

Visto, que para viabilizar e dar sustentabilidade à pequena propriedade rural, é preciso contar com o uso de tecnologias adequadas, cuidados com o manejo do solo, do cultivo, da colheita, dos recursos naturais e medidas preventivas contra adversidades agroclimáticas, dos altos custos dos insumos e agrotóxicos, optando por insumos orgânicos no manejo das culturas por serem mais baratos e com melhor qualidade para a saúde humana.

Pela pesquisa e contatos com os agrônomos da Epagri, a troca de insumos químicos por insumos orgânicos ou ecológicos são os melhores, tanto para o solo como para as produções agrícolas. Principalmente, pelo aproveitamento dos recursos naturais renováveis, dos processos biológicos, da manutenção da biodiversidade e pela preservação ambiental como para o crescimento econômico.

Assim, os agricultores estarão conservando os recursos naturais, no caso, os respeitos pela natureza. De maneira que, levem observar certos princípios:

O agricultor deve ter em mente que a dependência de recursos não renováveis e as próprias limitações da natureza devem ser reconhecidas sendo a ciclagem de resíduo orgânicos de grande importância no processo. O segundo princípio é o da diversidade de culturas que propicia uma maior abundância e diversidade de inimigos naturais. Estes tendem a ser polívoros e se beneficiam da existência de maior número de hospedeiros e presas alternativas em ambientes heterogêneo. (Risch et al, 1983; Liebman, 1996). A diversificação espacial, por sua vez, permite estabelecer barreiras físicas que dificultam a migração de insetos e alteram seus mecanismos de orientação, como no caso de espécies vegetais, aromáticas e de porte elevado (Venegas, 1996). A biodiversidade é, por conseguinte, um elemento-chave da tão desejada sustentabilidade. Outro princípio básico importante da agricultura orgânica é o de que o solo é um organismo vivo. Desse modo o manejo do solo privilegia práticas que garantam um fornecimento constante de matéria orgânica, através de adubos verdes, cobertura morta e aplicação de composto orgânico que são práticas indispensáveis para estimular os componentes vivos e favorecer à construção da fertilidade do solo no sentido mais amplo. Por último, a princípio da independência dos sistemas de produção em relação a insumos agroindustriais adquiridos altamente dependentes de energia fóssil que oneram os custos e comprometem a sustentabilidade.<sup>16</sup>

O que se percebe, se os agricultores substituírem os fertilizantes sintéticos e de agrotóxicos da agricultura convencional por insumos tecnológicos, naturais, orgânicos, rotação de culturas e diversificadas, dentre outras práticas, evitariam muitas pragas e agentes de doenças dentre outras tão comuns nos sistemas de agrícolas convencionais. Na agricultura

---

<sup>15</sup> <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/Fontes/CaféOrganico2ed/fundamentos.htm>. Acesso em 12/11/08.

<sup>16</sup> *Ibid*, Acesso em 12/11/08.

orgânica, o surgimento de plantas invasoras, é considerado plantas espontâneas e são preventivas.

Os agricultores de pequenas propriedades rurais devem procurar auxílio dos técnicos da Epagri, informações pelos meios de comunicação, dentre outros, que lhes orientem e ofereçam estratégias de desenvolvimento rural sustentável, priorizando a continuidade e o aumento crescente da oferta de alimentos de boa qualidade. Dentre eles, o aconselhamento pela agricultura orgânica, pelas inúmeras vantagens que oferece para a saúde humana, quanto para a propriedade que se constitui como um organismo vivo, que requerem cuidados e preservação ambiental.

A tecnologia permite que os resíduos orgânicos sejam aproveitados no processo produtivo, diminuindo a compra de insumos. Como o aproveitamento dos estrumes do gado, o reaproveitamento das fezes do galinheiro, cobertura morta, adubação verde, dentre outros, servindo como adubos para “roças” e hortas.

O gerente de Agronegócios do SEBRAE, Juarez de Paula, Salienta:

Buscamos o incremento da produção sustentável de alimentos de qualidade para o abastecimento das famílias produtoras, gerando como resultado a segurança alimentar. A meta é consolidar agronegócios ecológicos, com o crescimento da produção e a integração de diversas unidades produtivas, pretendemos gerar excedentes que possam ser beneficiados em pequenas unidades agro-industriais e destinados à comercialização, gerando a consolidação de um agronegócio no setor de produtos orgânicos.<sup>17</sup>

O que não deixa de ser, pela sua importância, um sistema agrícola que visa não só a sobrevivência do agricultor e de sua família no campo. Como também abrir um novo espaço para o agronegócio no setor de produtos orgânicos, que tem como meta à preservação ambiental ao desenvolvimento econômico, primando pela qualidade de vida humana.

---

<sup>17</sup> <http://www.suapesquisa.com/oque e/agriculturasubsistencia.htm>. Acesso em 12/11/08.

## CAPITULO IV

### CULTIVO E MANEJO DE ÁRVORES PLANTADAS & SUSTENTABILIDADE

O cultivo de árvores para produção de madeira está se alastrando na nossa região, como uma fonte de economia a mais, podendo ser importante para a sustentabilidade do meio rural, como para muitos colonos, uma nova forma de incrementar a aposentadoria rural de agora ou futura.

Essa atividade, esta sendo cultivada nas áreas mais acidentadas e/ou naquelas em que os produtores rurais não estavam ocupando para cultivos de suas culturas, pecuárias e até para fruticultura e horticultura.

Considerando, “as características de seu clima e solo, com alta insolação, chuvas em quantidade e bem distribuídas durante todo o ano, proporcionam condições excepcionais para a obtenção de altas produtividades na exploração florestal”.<sup>18</sup>

Visto que o consumo de madeira na região, por não dizer mundial é até direcionada para a utilização de produtos diversos, que na sua maioria são obtidos de florestas plantadas, de portes pequenos e até maiores. Em estudos, nota-se que:

Santa Catarina ocupa o primeiro lugar, no Brasil, na produção e exportação de móveis de madeira, destacando-se a madeira de pinus, madeiras da região como matéria-prima. A indústria de madeira serrada apresenta características adequadas às condições econômicas e sociais do Estado, pois requer investimentos relativamente baixos, mão-de-obra com pouco treinamento, podendo atender à demanda interna e exportar madeira beneficiada.<sup>19</sup>

Na região do Município de Rio do Sul e demais Municípios ao seu redor, optam na sua maioria pelo plantio das espécies de pinus e eucaliptos, por ser uma grande alternativa para a produção de madeira nos próximos anos e a indústria madeireira prepara-se gradativamente, para sua utilização, como também como suprimento de matéria-prima futura. Enquanto o Município de Agronômica além de já cultivar as arvores de eucalipto e pinus, pretende plantar palmito e ervas-mate.

O cultivo e manejo de árvores plantadas não deixam de ser uma forma de produção agrícola que visa a sustentabilidade econômica futura do pequeno agricultor e de sua família. Além, deles se dedicarem a agropecuária de pequeno porte, com a diversificação de culturas,

---

<sup>18</sup> ENGENHEIRO AGRº. M. SC. EPAGRI-Estação Experimental de Itajaí, C.P. 277, 88301-970 Itajaí/SC.

<sup>19</sup> EPAGRI, Rio do Sul/SC, 2008.

plantio de hortas, pomares e criação de animais, alguns para venda e outros para consumo familiar.

Outro aspecto a ser considerado, é o equilíbrio no campo, no qual Santa Catarina altera legislação ambiental para minimizar dificuldades de pequenos produtores rurais e viabilizar a produção agrícola no Estado. Em estudos:

O setor primário catarinense tem como principal característica a predominância das pequenas propriedades rurais. Segundo o último levantamento agropecuário de Santa Catarina, cerca de 90% das propriedades rurais do Estado tem menos de 50 hectares. Mas a maioria absoluta não garante vantagens aos pequenos produtores, que historicamente enfrentam uma série de dificuldades para se manter no campo, com baixa rentabilidade, falta de crédito e assistência técnica insuficiente dentre outras.<sup>20</sup>

A plantação de árvores, ou a mata natural das pequenas propriedades rurais de preservação permanente, nos quais fazem parte, os topos de morros, canhadas, matas ciliares como cursos de água, lagoas e nascentes e as áreas mais inclinadas deverão permanecer com vegetação nativa. Que caracteriza a inviabilidade da produção agrícola nessas áreas.

Para amenizar as dificuldades do pequeno produtor, sem colocar em risco a preservação ambiental, a Fundação do Meio Ambiente - Fatma elaborou a portaria 018/08, publicada em março deste ano. Baseada no código Florestal, essa portaria permite ao pequeno produtor que tem pelo menos 5% de APP (áreas de preservação permanente), em sua propriedade averbar os 20% de reserva legal sobre as áreas de APP. Na prática isso significa a possibilidade de sobreposição da área de reserva legal com a APP. A portaria considera a função social da pequena propriedade rural, que garante a sobrevivência de milhares de famílias no campo. Ao mesmo tempo, por ter como base o próprio código florestal, a portaria não fere a legislação federal e não incorre em prejuízo algum ao meio ambiente, pois as APPs continuam intocáveis. De acordo com a portaria da Fatma, a área de reserva legal deve ser calculada com base no percentual da propriedade ocupada pela APP. Quando a APP for superior a 30% do total da propriedade, pode-se usar até 60% da APP para compor a reserva legal. No caso das pequenas propriedades, sempre que a APP for superior a 5% da área total, pode-se usar até 100% da APP para compor a reserva legal. Um exemplo: Uma propriedade de 10 hectares que tenha meio (0,50) hectare em área de preservação permanente (APP) pode transformar esse meio hectare em reserva legal.<sup>21</sup>

Essa portaria quer nos dizer, que as áreas de reserva legal da pequena propriedade poderão ser utilizadas de forma sustentável, o que inclui o plantio de várias espécies de culturas, árvores frutíferas, hortaliças, ervas medicinais, intercaladas conforme necessidades ou orientação técnicas recebidas da Epagri.

---

<sup>20</sup> EPAGRI – SC. Tecnologia Social & Rural – SC, 2008.

<sup>21</sup> KREUZ, Carlos Leomar. Portaria 018/08. Presidente da Fatma. Florianópolis/SC, 2008.



“A portaria da Fatma representa um avanço na legislação ambiental, pois considera a real situação do setor agrícola catarinense, contribuindo para amenizar as dificuldades enfrentadas pelo pequeno produtor rural.”<sup>22</sup>

Nota-se, que a Fatma objetiva contribuir para a redução do êxodo rural em Santa Catarina. Isto porque, o trabalhador rural das pequenas propriedades rurais, migra para a cidade, devido a inviabilidade econômica de sua propriedade. Considerando que suas safras muitas vezes são afetadas por secas, geadas ou excesso de chuvas. Além de enfrentar o risco dos preços agrícolas e a concorrência.

Observa-se em estudos, que cada área da propriedade apresenta habilidade específica de utilização, em razão da capacidade de uso do solo ou de exigências para proteção ambiental.

Considerando que o uso sustentável da terra nas pequenas propriedades rurais, inclusive as maiores, é diversificado como:

Área explorada:

- Lavoura anual
- Pastagem e fruticultura
- Florestas plantadas
- Floresta nativa (reserva legal)
- Outras (conforme necessidade)

Área Protegida:

- Mata ciliar
- Nascentes
- Topo de morro, canhada e área muito inclinada.

Sendo a Floresta a atividade mais adequada para proteger o solo e a água nas áreas impróprias para as culturas anuais. Enquanto a floresta comercial corretamente manejada constitui fonte de renda para o agricultor e cria empregos no meio rural, sem agredir o meio ambiente. O topo de morros, canhadas, matas ciliares (cursos de água, lagoas e nascentes) e as áreas muito inclinadas (mais de 45% de declividade) deverão permanecer com vegetação nativa de preservação permanente (reserva legal). Esta Floresta pode ser explorada sob a forma de manejo sustentado, mediante projeto aprovado pelos órgãos ambientais.<sup>23</sup>

Nota-se, que o modelo de desenvolvimento agrossilvipastoril prevê a exploração do potencial das propriedades rurais de forma sustentável e de acordo com a capacidade de uso do solo.

O produtor rural deve planejar suas ações agropecuárias de tal forma que possa aproveitar bem as áreas, seja próprio para lavouras, pastagens, plantio de árvores (pinus, eucaliptos, dentre outras). Devendo, pois se questionar: Tem recursos próprios para tal investimento? Devo ou não recorrer ao Banco do Brasil para financiar tal empreendimento

---

<sup>22</sup> PEDROSO, José Zeferino. **Legislação Federal & portaria 018/08**. FAESC. Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina. Florianópolis/SC, 2008.

<sup>23</sup> RAMOS, M. G. et al. **Manual de Silvicultura – Cultivo de Florestas Plantadas**. Boletim Didático. EPAGRI, Florianópolis/SC, 2005.

agrícola? É vantajoso ou não? Quais as condições que o Banco do Brasil oferece e se há acompanhamento por meio de fiscalização. E orientações técnicas? Qual o retorno financeiro? Dentre outras.

Observar também os aspectos: Onde plantar? O que plantar? Se forem árvores, inclusive o eucalipto e pinus, quanto plantar por ano? Observar também se o plantio de árvores for grande, deve-se planejar uma estrada para facilitar as operações florestais, e sua retirada quando vender as árvores.

A estrada ou caminho deverá ser adequado ao trânsito de máquinas e outros veículos. Além de incorporar as técnicas florestais como desrama e desbastes que propiciam mais qualidade ao produto florestal, principalmente se o plantio for grande e se a madeira dali for destinada para laminação, serraria ou fábrica de móveis.

Observar, “a madeira de pinus é a base da indústria moveleira e de outras indústrias, sendo inclusive exportada como madeira beneficiada. Observando que a qualidade da madeira varia com as espécies”.

Veja o cultivo de pinus, possibilitam o cultivo de outras atividades agropecuárias, devido os espaçamentos entre as árvores. Pode-se fazer a formação de pastagens sob as árvores ou até o cultivo da palmeira Jussara para a produção de palmito. Para terem-se as pastagens para o pastoreio de animais, as árvores deverão ter de 3 a 4 metros de altura, segundo os engenheiros agrônomos da Epagri, Isto porque, a pastagem sob as árvores de pinus é mais tenra e nutritiva, prolongando o período de pastoreio, porque na época de inverno, essas áreas são menos atingidas pelas geadas.

Outrossim, a utilização de madeira de eucalipto, depende muito da qualidade da semente e da muda, que advêm de viveiros florestais quanto a sua origem e no seu plantio, espaçamento, crescimento e das operações de tratos culturais (capina, controle de pragas, adubação, desramas para que a madeira saia limpa e sem nós, desbastes e corte final) na obtenção de melhor preço.

A utilização de madeira de eucalipto, a princípio para fins energéticos (lenha e carvão) e como madeira roliça, tem aumentado rapidamente na indústria de celulose e papel, aglomerados, de placas, e mais recentemente, para serraria, na construção civil e fabricação de móveis. As espécies de eucalipto mais cultivadas no Alto Vale do Itajaí: *Eucalytus benthamii*, *Eucalytus citriodora*, *Eucalytus deanei*, *Eucalytus dunnei*, *Eucalytus grandis*, *Eucalytus maculata* e *Eucalytus saligna*.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> RAMOS, M. G. et al. **Manual de Silvicultura – Cultivo de Florestas Plantadas**. Boletim Didático. EPAGRI, Florianópolis/SC, 2005.

Para se ter um ótimo cultivo e corte final da produção da madeira de eucaliptos, é necessário ter a proteção do solo contra a erosão, principalmente nas encostas, não é recomendável preparar a terra com aração e gradagens. Enquanto, nas áreas de campo e aconselhável a subsolagem nas linhas de plantio, assim como não se aconselha queimar os restos das roçadas. Tudo isso, é necessário para ter-se uma boa produção, além de fazer uma vistoria na plantação, para acompanhar o crescimento das plantas, se elas não estão sendo atacadas por formigas, (principalmente a saúva) ou outras pragas ou se precisa de reposição da planta caso esta não tenha vingado, observando as técnicas de plantio, manejo e acompanhamento das árvores até o corte final.

Para ter-se uma boa produção no plantio, crescimento deve ter acompanhamento com método e técnicas exigido pela lavoura do eucalipto, segundo a estencionista da Epagri, Bertoldi, (2008):

O crescimento em altura de uma árvore de eucalipto depende da qualidade do solo e do clima. O crescimento em espessura depende do espaço que a árvore dispõe. Assim em um plantio, as árvores crescem livremente no início, até que as raízes e os ramos de uma árvore invadam o espaço das outras iniciando, então, competição por nutrientes, água e luz. Depois, de algum tempo, o engrossamento dos troncos começa a diminuir e as arvores crescem mais em altura. Portanto, os plantios destinados a produção de madeira para serraria, essa paralisação do engrossamento ocasiona prejuízos, pois se obtém árvores com altura normal, mas finas e de pouco valor madeireiro.<sup>25</sup>

O que se verifica, é a técnica que possibilita obter diversos produtos de um mesmo plantio. O que significa, que a medida que as árvores crescem, são feito desbastes de plantas com diferentes diâmetros e alturas, podendo ser comercializadas para diversas finalidades.

Segundo a extencionista Bertoldi (2008):

A forma de manejo remunera muito mais que sistema de plantio para fins energéticos (lenha). Pois as árvores podem ser comercializadas de diferentes maneiras, observando o desbaste para:

- 1º desbaste para escoras e lenha.
- 2º desbaste para lenha, madeira roliça fina e mourões.
- 3º desbaste para madeira roliça grossa postes, mourões e lenha.
- 4º desbaste para toras para serraria madeira roliças e lenha.

Isto porque as plantas de eucalipto rebrotam da cepa quando cortadas.

Se conduzidas adequadamente podem proporcionar madeira roliça para diferentes usos, material energético ou para fins industriais.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> BERTOLDI, Arlinda. **Conversa Precisa Sobre Árvore Eucalipto, como base Sustentável ao Colono Rural.** Estencionista da EPAGRI. Rio do Sul/SC, 2008.

<sup>26</sup> Ibid, 2008.

Veja esse manejo com remanescentes remunera mais o agricultor que o plantio apenas para fins energéticos (lenha). Visto que a melhor época de corte do eucalipto para o cultivo por talhadia é final de inverno e início de primavera, quando a brotação será mais intensa e vigorosa. No qual, nas cepas, ocorrerá a brotação, e deverá ser feito o raleio quando a brotação alcançar um metro, permanecendo a quantidade de brotos, para que a planta possa se desenvolver adequadamente e produzir o esperado pelo agricultor, uma madeira de melhor qualidade e conseqüentemente um maior lucro.

O que significa, ter-se-á mais uma ferramenta de desenvolvimento sustentável aos problemas eco-socio-econômico para as pequenas propriedades rurais, como para o Município e região.

Visto que o imóvel rural, que direto e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, que busca tirar dele o sustento, o aumento de produtividade, manutenção, preservação, análise para aderir as políticas agrícolas que são definidas de forma centralizada. E ver aquelas que possam ser-lhes útil em seu funcionamento, que lhes beneficiam e que estejam dentro de seu controle financeiro. Além de observar e analisar o crédito rural, aquisições de tecnologias para superar as inadequadas aos serviços de extensão rural, condições, rentabilidade financeira, preços de vendas da produção, preços de insumos, dentre outros.

Reconhece-se, que a maioria dos pequenos agricultores não estão capacitados para identificar as causas internas de onde surgem os seus problemas. Ou seja, para administrar melhor suas propriedades, utilizando mais racionalmente os recursos mais salientes e economizando os mais escassos e até muitas vezes, para comercializar seus produtos em condições mais favoráveis. O que sem duvida, não haverá um aumento na receita e não conseguem ou quando conseguem com muita dificuldade modernizar sua capacidade produtiva que é a fonte rentável dos agricultores.

## CAPITULO V

### PRONAF - ASPECTOS GERAIS

Pronaf, sigla esta que significa Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, instituída como uma das políticas do Governo Federal, implementada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, como fortalecimento da agricultura familiar.

Segundo Peraci (2007), secretário de Agricultura Familiar nos coloca que:

Em termos quantitativos, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf cresceu para a disponibilização em crédito, de R\$ 2,20 bilhões para R\$ 12,0 bilhões na safra 2007/2008; de 950 mil contratos para 2 milhões no mesmo período. Muitas linhas novas foram criadas para “dialogar” com a complexidade do rural brasileiro: Pronaf Mulher, Jovem, semi-árido, Agro ecologia, Pronaf ECO, Comercialização, Cota-parte (cooperativas de produção) e custeio Agroindústria. Em termos qualitativos, no âmbito do direito ao conhecimento, reinventamos um novo sistema de Extensão Rural, ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural, com um desenho que articula as entidades públicas (emateres) e a sociedade civil (ONGs, cooperativas de trabalho, movimentos sindicais, associações e outras), ao construir a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER. Com isso, aproximadamente, 1,24 milhão de famílias podem ser assessoradas na execução e desenvolvimento de seus projetos ora individual, ora no coletivo, buscando uma estratégia consistente de desenvolvimento sustentável. Além do Pgpaf – Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar, na qual os contratos de pronaf custeio, estão inseridos nos preços mínimos dos respectivos produtos. Além de outros criados e contribuem para fortalecer processos diferenciados de desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.<sup>27</sup>

O que se percebe, que o governo federal se preocupa com a questão agropecuária dos pequenos produtores, frente às perspectivas de um balanço estratégico (2007/2010) nos aspectos sociais da agricultura familiar em todo o nosso país. Frente a conjuntura, as demandas e os cenários futuros, que exigem uma postura de articulação das oportunidades oferecidas, para que os esforços e todos os instrumentos que operacionalizam as políticas de fortalecimento familiar possam se firmar e beneficiar os produtores que a eles se agregarem. Objetivando estimular e reduzir a pobreza rural.

Além dos programas de outros ministérios como a Bolsa Família, Luz para todos, dentre outros. Assim, como outras políticas dos sistemas de produção que focam o desenvolvimento dos processos ecológicos que possibilitam maior sustentabilidade dos

---

<sup>27</sup> PERACI, Adoniram Sanches. Ministério do Desenvolvimento Agrário – SAF – Secretaria da Agricultura Familiar. Secretaria de Agricultura Familiar. Brasília, 2007.

sistemas de produção. Para que possa, oferecer as condições à agricultura familiar necessária para responder à crise ambiental instalada no rural Brasileiro.

Conforme Peraci (2007) o Governo objetiva também:

O aspecto de geração de renda e agregação de valor onde a reivindicação que mais prosperará será da necessidade de apoiar a relação da agricultura familiar e o atual mercado. Alianças estratégicas deverão ocorrer com o objetivo de fortalecer os modelos e arranjos produtivos que possam promover a cooperação e concorrência com vistas a viabilizar as economias dos pequenos e médios empreendimentos rurais.<sup>28</sup>

Considerando, que o apoio ao desenvolvimento dos agricultores familiares, se modificou para poder criar novas condições para que a pequena produção possa se expandir melhorar seus produtos e processos de produção na busca pelo aumento do ganho dos agricultores e de suas famílias, após as novas ações do Governo Federal. Cujas metas são assegurar mais capital através da ampliação do crédito rural do Pronaf e dos seguros contra os efeitos do clima adverso que podem afetar a produção e das variações de preços que podem em muito diminuir a renda do agricultor familiar.

Nota-se em estudos, que este anexo de políticas oferecidas pelo Governo Federal facilita o planejamento das atividades agrícolas, terem acessos a melhor tecnologia, melhor aproveitamento de novas oportunidades econômicas que podem possibilitar aos agricultores terem ou ampliar a segurança alimentar de suas famílias, pois contribuem para o aumento da renda e reduzindo o risco, por estarem amparados pelo Pronaf.

A Secretaria da Agricultura Familiar – SAF (2007) informa que:

Os contratos do crédito rural do Pronaf são individualizados e o não cumprimento dos mesmos implica sanções. Este mecanismo de incentivo à produção não é o “pagamento de uma dívida social”, é uma política dirigida, focada, que incentiva os agricultores e estimula o sentido de responsabilidade.

Os agricultores familiares que contratam financiamentos do Pronaf tem uma das menores taxas de inadimplência entre todos os sistemas de crédito brasileiro.<sup>29</sup>

Verifica-se, que este programa de crédito rural do Pronaf tem alcance em todo o território brasileiro, direcionado a população de mais baixa renda. Pois, tem acesso às pontes do sistema Nacional de crédito para tal empreendimento rural.

---

<sup>28</sup> PERACI, Adoniram Sanches. Ministério do Desenvolvimento Agrário – SAF – Secretaria da Agricultura Familiar. Secretaria de Agricultura Familiar. Brasília, 2007.

<sup>29</sup> SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR – SAF. Proteção à produção Agrícola – crédito Pronaf. Brasília, 2007.

Para tanto o Governo Federal criou o Programa de Seguro da Agricultura Familiar - Seaf, para que o agricultor possa plantar com garantia de renda, observando as culturas contempladas no zoneamento agrícola do Governo Federal.

O Seaf “promove o uso de tecnologia adequada, os cuidados com o manejo e medidas preventivas contra as diversidades agroclimáticas, para que o agricultor fique menos exposto a riscos e tenha melhores condições para plantar e colher. Essa é a base para uma agricultura familiar mais forte.”<sup>30</sup>

Nota-se também pelos estudos, que o Governo Federal também criou o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar – Pgpaf, que garante aos agricultores familiares que tem financiamento no âmbito do Pronaf a indexação do financiamento a um preço de garantia igual ou próximo do custo de produção. Principalmente, quando ocorre queda de preço no momento da comercialização da produção, garantindo assim, a renda da agricultura familiar, nas possíveis oscilações de preços, através da referência de preços antes da contratação com o preço de mercado do produto no momento do pagamento.

Visto que pelo Pronaf, os custos de produção aos agricultores familiares garantem suas atividades agrícolas e produtivas, pois reduz os gastos com alongamentos, seja na concessão de “bônus de adimplência” e de outras medidas quando ocorre queda de preços dos produtos. É, portanto, uma política permanente, de fácil adesão, para cobertura dos riscos de mercado.

Segundo a Secretaria de Agricultura Familiar – SAF, (2007):

O Pgpaf tem por base o custo variável, que inclui remuneração de mão-de-obra familiar, da gestão da unidade de produção e dos custos dos insumos e serviços utilizados, com incremento ou redução de até 10% sobre o valor levantado a campo. Tem vigência em todo ano agrícola e abrangência regional.<sup>31</sup>

Outro aspecto a ser considerado, no que tange as famílias agricultoras é o financiamento do Pronaf Agroecológico para implantarem ou desenvolverem sistemas de produção agroecológica ou orgânica. Apóia as famílias em passagem da maneira convencional de produzir com agrotóxicos e outros contaminantes, para novas maneiras de fazer agricultura orgânica, com tecnologias de base ecológica e sustentabilidade ambiental, segundo estencionista Bertoldi (2008).

---

<sup>30</sup> SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR – SAF. Proteção à produção Agrícola – crédito Pronaf. Brasília, 2007.

<sup>31</sup> Ibid, 2007.

Há também, Pronaf Florestal, linha de financiamento de pequeno porte, além dos sistemas agroflorestais e do extrativismo ecologicamente sustentável, observando o manejo florestal e o plano de manejo. Quanto aos recursos do crédito da linha poderão ser aplicados em projetos que prevêm a recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.

Visto, que os projetos de silvicultura, na forma de mono cultivo ou com mais de uma espécie florestal destinada ao uso industrial ou à queima, serão financiados através de uma linha específica que visa atender não só uma demanda do mercado, mas que vai ajudar na conservação dos remanescentes florestais dos diversos conjuntos de seres vivos que vivem nessas áreas, de qualquer parte do país.

Sendo que os créditos do Pronaf objetivam estimular a diversificação da produção da agricultura familiar, oferecendo mais recursos para quem desenvolva atividades produtivas variadas, desestimulando o plantio de um só produto. Aquelas famílias que contratarem financiamento de custeio do Pronaf para duas ou mais atividades produtivas na mesma safra terão um valor adicional de recursos (30%) para aplicação em outras atividades geradoras de renda.

Observa-se, que as políticas promovidas pelo Pronaf, garantem os instrumentos para a estruturação dos serviços implementados na agricultura familiar, o que não deixa de representar o desafio a ser enfrentado pelos agricultores na obtenção de produzir produtos com qualidade, através do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, organização da produção, acesso a mercados e outros, para obtenção de melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, favorecendo e contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável.

Em vista da exploração desse conhecimento, esclarecemos que o município de Agronômica/SC está nesse bojo do Pronaf, Banco do Brasil – S.A. Tendo como especificidade na linha de crédito, os agricultores das pequenas propriedades, deles se valem para o cultivo de culturas de Milho, Feijão, Arroz irrigado, Mandioca, Batata Salsa, Batata Doce, Batata Inglesa, Melancia, Hortaliças, Fruticultura, Plantio de Eucalipto e Pinus, Psicultura.

Sugere-se que nessa área do Pronaf o Banco do Brasil atua como um apoio financeiro para o qual os produtores poderão se valer, na obtenção de abarganhar a agricultura orgânica, o cultivo e manejo de árvores como palmito, erva-mate, plantadas como mais uma atividade agrícola de sustentabilidade para os agricultores do Município de Agronômica /SC, podendo ser extensivo a demais Municípios.



## **1.1 PROGRAMA NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF**

O que é?

Um programa do Governo Federal criado em 1995, com o intuito de fortalecer de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direito de sua força de trabalho e de sua família.

### **Objetivos:**

- proporcionar o aumento da produção agrícola, a geração de ocupações produtiva, a melhoria da renda familiar e da qualidade de vida dos agricultores familiares.

Especificamente:

- ajustar políticas públicas à realidade da agricultura familiar,
- viabilizar a infra-estrutura rural à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural;
- fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar.
- elevar o nível de profissionalização de agricultores de base familiar, proporcionando-lhes novos padrões tecnológicos e gerenciais;
- favorecer o acesso de agricultores de base familiar e suas organizações ao mercado.

A Emater operacionaliza as linhas de ação, financiamento da produção (crédito rural), Capacitação Técnica e Profissionalização de Agricultores de base familiar elaboração e implementação de Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDRs).

Para obter financiamento, o agricultor de base familiar necessita dirigir-se à Emater, em seu município, e solicitar o Termo de Aptidão, que comprova sua condição de agricultor familiar e a que grupo está enquadrado no crédito e, em seguida, solicitar a elaboração do seu plano de crédito.

Enquanto a Ater é prestada pela Emater, de forma gratuita, não havendo, durante todo o processo, nenhum custo para o agricultor.

### **As Vantagens:**

#### **Para os produtores:**

I – Obtenção de financiamento de custeio e investimento com encargos e condições adequadas a realidade da agricultura familiar, de forma ágil e sem custos adicionais;

II – O aumento de renda mediante melhoria de produtividade, do uso racional da terra e da propriedade;

III – Melhoria das condições de vida do produtor e de sua família;

IV – Agilidade no atendimento;

V – Para os produtores que honrarem seus compromissos, garantia de recursos para a safra seguinte, com a renovação do crédito até 5 anos, no caso de custeio das atividades.

### Para o País:

I – Maior oferta de alimentos, principalmente dos que compõe a cesta básica: arroz, feijão, mandioca, milho, trigo, leite, ovos;

II – Estimula a permanência do agricultor no campo com mais dignidade e qualidade de vida.

**Tabela: Beneficiários do Pronaf**

Linha	Beneficiários(1)	Finalidade	Limites (R\$)	Juros	Prazo/ Carência
Pronaf "A"	Assentados da Reforma Agrária ou Beneficiados pelo crédito Fundiário	Investimentos para estruturação das propriedades	Até 18.000,00	0,5% a.a	Até 10 anos/até 5 anos
Pronaf Programas Especiais – Recupera "A"	Assentados da Reforma Agrária ou Beneficiados pelo Crédito Fundiário até 01.08.2002	Financiamento da recuperação de unidades familiares dos agricultores Beneficiados com crédito do PROCERA ou PRONAF "A"	Até 6.000,00 por beneficiário em uma única operação	1% a.a	Até 10 anos/ até 3 anos
Pronaf Investimento Grupo "B"	Renda bruta anual familiar até R\$ 5.000,00	Investimentos agropecuários e não agropecuários	INVESTIMENTO – 1.500,00 por operação, admitida apenas uma operação "em ser"	0,5% a.a.	Até 2 anos
Pronaf custeio grupo "A/C" (2)	Assentados da Reforma Agrária que ainda não tomaram crédito na Linha Pronaf Custeio	Custeio das atividades agropecuárias	De 500,00 até 3.500,00	1,5% a.a.	Até 2 anos
Pronaf Custeio (2)(3)	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf, com renda bruta anual de R\$ 5.000,00 até R\$ 110.000,00, exceto nos grupos "A", "A/C" e "B"	Custeio para atividades agropecuárias	Até 5.000,00	1,5% a.a.	Até 2 anos
			Acima de 5.000,00 e até 10.000,00	3% a.a.	
			Acima de 10.000,00 e até 20.000,00	4,5% a.a.	
			acima de 20.000,00 e até 30.000,00	5,5% a.a.	
Pronaf Investimento (4) (5)	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf, com renda bruta anual de R\$ 5.000,00 até R\$ 110.000,00, exceto nos grupos "A", "A/C" e "B"	Investimentos para atividades agropecuárias	Até 7.000,00	1 % a.a.	Até 8 anos/até 5 anos
			Acima de 7.000,00 e até 18.000,00	2% a.a.	
			Acima de 18.000,00 e até 28.000,00	4% a.a.	

			acima de 28.000,00 e até 36.000,00	5% a.a.	
Pronaf Agroindústria	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf, suas cooperativas e associações, exceto os enquadrados no Grupo "A"	Custeio e investimento para implantação, ampliação, recuperação e modernização de pequenas e médias agroindústrias	INVESTIMENTO – PF: até 7.000,00 individual PJ: até 500.000,00	1% a.a.	Até 8 anos/até 5 anos
			INVESTIMENTO – PF: acima de 7.000,00 e até 18.000,00 individual e PJ: até 10.000.000,00	2% a.a.	Até 8 anos/até 5 anos
			CUSTEIO – PF: até 5.000,00 e PJ: até 2.000.000,00	4% a.a.	Até 1 ano
Pronaf Programas Especiais Semi-árido	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf	Investimento para infraestrutura hídrica e demais infra-estruturas de produção agropecuária	INVESTIMENTO: até 7.000,00	1% a.a.	Até 10 anos/ até 3 anos
Pronaf Programas Especiais – Jovens	Jovens agricultores familiares enquadrados no Pronaf	Investimentos para atividades agropecuárias, Turismo rural, artesanato e outras atividades de interesse do (a) Jovem agricultor (a)	INVESTIMENTO: até 7.000,00	1% a.a.	Até 10 anos/ até 5 anos
Pronaf Florestal	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf	Investimento para sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, recomposição e manutenção de árvores de preservação	INVESTIMENTO: até 7.000,00	1% a.a.	Até 12 anos/ até 8 anos
Pronaf agroecologia	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf, exceto nos grupos "A", "A/C" e "B"	Investimentos para implantação dos sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânico	Conforme estabelecido na linha Pronaf Investimento	Conforme estabelecido na linha Pronaf Investimento	Até 8 anos/até 3 anos
Pronaf Mulher	Agricultoras familiares enquadradas no Pronaf	Investimentos para atividades agropecuárias, Turismo rural, artesanato e outras atividades de interesse da mulher agricultora	INVESTIMENTO: "A", "A/C" e "B": até 1.500,00, demais agricultoras enquadradas no Pronaf: conforme estabelecido na Linha Pronaf investimento	"A", "A/C" e "B": 0,5% a.a.; demais: os da Linha Pronaf Investimento	Até 2 anos "A", "A/C" e "B" Até 8 anos/ 5 anos demais produtoras
Pronaf Eco	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf, exceto nos grupos "A", "A/C" e "B"	Investimento para implantação, utilização e/ou recuperação de tecnologias de energias renovável, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos e silvicultura	Conforme estabelecido na linha Pronaf Investimento	Conforme estabelecido na linha Pronaf Investimento	-Mini-usinas biocombustíveis: Até 12 anos/até 5 anos - Silvicultura: Até 12 anos/até 8 anos (6) - Demais finalidades: até 8 anos/até 5 anos

1. É obrigatória a apresentação da DAP para acessar o crédito (DAP principal identifica a unidade familiar, DAP acessória identifica a mulher agregada e o jovem agricultor, DAP especial identifica os beneficiários da agroindústria).
2. No caso de custeio agrícola é obrigatória a adesão ao Proagro Mais ou Proagro Tradicional.
3. Para as Operações de custeio, as taxas de juros serão fixadas em função do valor do somatório dos créditos contratados pelo produtor, em cada safra.

4. Para as operações de investimento, as taxas de juros serão fixadas em função do somatório das operações “em ser” do produtor, contratadas a partir de 01.07.2008.
5. O limite Máximo financiável, na linha Pronaf investimento, pode ser ampliado em 50% se o crédito for destinado a aquisição de máquinas, tratores e implementos agrícolas, veículos utilitários, embarcações, equipamentos de armazenagem e equipamentos de irrigação.
6. No caso de financiamentos para Silvicultura, na linha Pronaf Eco, com recursos do FCO, o prazo poderá ser elevado para até 16 anos, quando a atividade assistida requerer e o projeto técnico ou a proposta de crédito comprovar a necessidade.

Fonte: Pronaf/Banco do Brasil

### Novas linhas de crédito Pronaf:

#### O Pronaf do Plano Safra Mais Alimentos

Linhas e Grupos	Faixa I	Faixa II	Faixa III	Faixa IV
Pronaf Investimento para a Reforma Agrária	Até R\$ 20 mil, mais R\$ 1,5 mil para ATER. Juros: 0,5% a.a. Bônus de adimplência: 44%			
Pronaf Custeio para Reforma Agrária	Até R\$ 5 mil, em três operações. Juros: 1,5 % a.a.			
Microcrédito Rural	Até R\$ 1,5 mil por operação. Juros: 0,5 % a.a. Bônus de adimplência: 25% até os primeiros R\$ 4 mil			
Pronaf Custeio à Agricultura Familiar	Até R\$ 5 mil. Juros: 1,5 % a.a.	Mais de R\$ 5 mil até R\$ 10 mil. Juros: 3% a.a.	Mais de R\$ 10 mil até R\$ 20 mil. Juros: 4,5% a.a.	Mais de R\$ 20 mil até R\$ 30 mil. Juros: 5,5% a.a.
Pronaf Investimento à Agricultura Familiar	Até R\$ 7 mil. Juros: 1 % a.a.	Mais de R\$ 7 mil até R\$ 18 mil. Juros: 2% a.a.	Mais de R\$ 18 mil até R\$ 28 mil. Juros: 4% a.a.	Mais de R\$ 28 mil até R\$ 36 mil. Juros: 5% a.a.
Pronaf Mais Alimento	Até R\$ 100 mil, para projetos de investimento destinados à produção de milho, feijão, arroz, trigo, mandioca, olerícolas, frutas e leite, exclusivamente na safra 2008/2009. Juros: 2 % a.a.			
Pronaf Mulher*, ECO e Agroecologia	Até R\$ 7 mil. Juros: 1 % a.a.	Mais de R\$ 7 mil até R\$ 18 mil. Juros: 2% a.a.	Mais de R\$ 18 mil até R\$ 28 mil. Juros: 4% a.a.	Mais de R\$ 28 mil até R\$ 36 mil. Juros: 5% a.a.
Pronaf Agroindústria	Individual: até R\$ 7 mil. Coletivo: até R\$ 500 mil. Juros: 1% a.a.	Individual: até R\$ 18 mil. Coletivo: até R\$ 10 milhões. Juros: 2% a.a.	Não se aplica	
Pronaf Semi-Árido, Jovem e Floresta**	Até R\$ 7 mil. Juros: 1 % a.a.	Não se aplica		
Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares	Individual: até R\$ 5 mil. Coletivo: até R\$ 2 milhões. Juros: 4% a.a.			
Pronaf Cota-Parte	Individual: até R\$ 5mil. Juros: 4% a.a.			

\* Para as mulheres agricultoras da reforma agrária e do microcrédito rural, valem as regras do microcrédito rural

\*\* Pronaf Floresta: Quando a fonte for fundos Constitucionais, o limite será de R\$ 10 mil.

Fonte: Banco do Brasil

## 1.2 PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

O plano safra mais alimentos eleva o preço de garantia do Pgpaf dos produtos alimentares mais importantes da cesta básica do brasileiro (arroz, feijão, leite, mandioca, milho e trigo) e amplia para 15 o número de culturas cobertas pelo programa. Foram incluídas na lista de cobertura as culturas de cebola, mamona, pimenta-do-reino e trigo.

Produto	Regiões	Localidade	UND	Preços do PGPAF
Arroz longo fino em casca	R1	Sul(exceto PR)	50 Kg	R\$ 25,80
	R2	Nordeste, Sudeste, Centro-oeste (exceto MT) e PR	60 Kg	R\$ 30,96
	R3	Norte e MT	60 Kg	R\$ 25,50
Café Arábica	Brasil, exceto ES e RO	Norte(exceto RO), Nordeste, Sudeste (exceto ES), Sul e Centro-Oeste	60 Kg	R\$ 211,75
Café Conillon	ES e RO	ES e RO	60 Kg	R\$ 124,40
Castanha de Caju	-	Norte e Nordeste	Kg	R\$ 1,25
Cebola	-	Brasil	Kg	R\$ 0,60
Feijão	R1	Sudeste, Sul, Centro-Oeste, BA-Sul	60 Kg	R\$ 80,00
	R2	Norte, Nordeste (exceto BA-Sul)		
Inhame e cará	-	Brasil	Kg	R\$ 0,75
Leite	R1	Sul, Sudeste	l	R\$ 0,60
	R2	Centro-Oeste (exceto MT)		R\$ 0,47
	R3	Norte, MT		R\$ 0,41
	R4	Nordeste		R\$ 0,60
Mamona	-	Norte, Nordeste, GO, MT, MG e SP	60 Kg	R\$ 38,59
Milho	R1	Sul, Sudeste, Centro-Oeste (exceto MT), TO	60 Kg	R\$ 18,00
	R2	MT e RO		R\$ 14,50
	R3	Norte (exceto RO), Nordeste		R\$ 20,00
Pimenta-do-reino	-	Brasil	Kg	R\$ 2,11
Raiz de Mandioca	R1	Centro-Oeste, Sudeste, Sul	T	R\$ 98,85
	R2	Norte e Nordeste		R\$ 106,12
Soja	R1	Brasil (exceto MT, RO, AM, PA e AC)	60 Kg	R\$ 22,80
	R2	MT, RO, AM, PA e AC		R\$ 18,30
Tomate	-	Brasil	Kg	R\$ 0,65
Trigo	-	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA	T	R\$ 480,00

\* Pagamento em 2009

Os Municípios que compõem as regiões Sul e Norte dos estados da Bahia, do Piauí e do Maranhão são os mesmos definidos no Título 06 – Aquisição do Governo Federal - AGF: Documento 3 – Zoneamento dos Estados da Bahia, do Maranhão, do Mato Grosso e do Piauí constantes do Manual de Operações da Conab (MOC).

Fonte: Banco do Brasil

### **DESCONTOS PARA O AGRICULTOR**

<b>Tratores</b>		<b>Moto cultivadores</b>	
Potência	Percentual	Potência	Percentual
15 CV	15 %	12 e 14 CV	17,5 %
18 CV	15 %		
26 CV	13,5 %		
30 CV	15 %	Implementos Agrícolas	
39 CV	13,5 %	e periféricos	
50 CV	11 %	Até 15%	
65 CV	12 %		
75 CV	15 %		

Fonte: Banco do Brasil

## **CAPITULO VI**

### **HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA /SC**

Antes de tudo, a essência desse capítulo, baseia-se em informações e dados fornecidos pela prefeitura e pelo IBGE. Percebe-se pouco aprofundamento nesse contexto, têm-se somente indicadores de sua história e desenvolvimento da agricultura, comércio e de outros que complementam e a tornam um Município, de valor expressivo ao Estado de Santa Catarina e do País. No qual, o cenário futuro, portanto, apresenta-se promissor para o desenvolvimento da agricultura de pequenas propriedades rurais, que são o eixo do progresso do município, até o presente momento.

O município de Agronômica situa-se no interior de Santa Catarina, região do Alto Vale do Itajaí, pertence a Comarca de Rio do Sul e está ligado à Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI). Possui, segundo o IBGE, censo de 2007, 4.677 habitantes, dos quais 3.110 residem na zona rural e 1.567 no perímetro urbano. A extensão territorial é de 135,92 Km<sup>2</sup> com uma densidade demográfica de 34,41 habitantes por Km<sup>2</sup>.

O Município de Agronômica vê o seu alvorecer em primórdios de 1905 quando as crises reinantes na Europa, principalmente em países como a Itália e Alemanha, propiciaram a imigração para a América do Sul, principalmente o Brasil. A campanha efetuada pelas companhias de colonização em países europeus fez com que o povo deste continente se visse atraído pela fertilidade da terra brasileira. Estes imigrantes foram se estabelecendo ao longo do litoral, com também ao longo dos campos de Lages. Estas civilizações foram conseqüentemente se aproximando litoral e campo; os primeiros vivendo da agricultura e cana-de-açúcar e os segundos da criação de gado.

A instalação e posse das terras, por vezes dificultada em conseqüência do relevo, fauna, floresta e aborígenes, que impunha uma terra inabitada, não conseguiram trazer aos nossos imigrantes o desânimo de angariar para si novas terras. Esta ânsia fez com que se criasse um povoado chamado Pastagem.

Em pesquisas efetuadas, a primeira localidade a receber a visita dos primeiros colonizadores, foi a comunidade de Reuter, com as famílias Westphal, Skoula, Reuter, Stoll, Kuhl, Tarum, Meiberg, Knapmann e outras. Paralelamente a esta vila desenvolveu-se a localidade conhecida por Areado, que no princípio recebeu o nome de Pinheiral, devido a grande existência de pinheiros. A história religiosa de Pastagem vê o seu alvorecer em meados de 1925, com a construção de uma pequena igreja, no espírito empreendedor de Júlio

Venturi. No dia 21 de Outubro de 1961, Pastagem é elevada a Distrito de Rio do Sul. Seu primeiro Intendente foi o Sr. Paulo Claudino dos Santos. Nesta época o povoado de Pastagem contava com cerca de 3.500 habitantes. Em data de 08 de Abril de 1964, através de Lei nº 959, Pastagem foi elevada a categoria de Município, cuja instalação se deu no dia 6 de Junho de 1964, sendo nomeado o Prefeito provisório o Sr. Lauro Pamplona.

Ressalta-se, que sua população é formada por diversas etnias, por ter sido colonizada por imigrantes europeus. Tem como ocupação principal a agricultura com suas culturas diversificadas, pecuária, comércio, serviços públicos e outros empreendimentos.

## **1.1 LOCALIZAÇÃO E ÁREA**

O Município de Agronômica situa-se no interior de Santa Catarina, região do Alto Vale do Itajaí, pertence à Comarca de Rio do Sul e está ligada à Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI). Com acesso fácil, através da BR 470. Agronômica deposita sua confiança em sistemas diferenciados de produção e no potencial turístico das paisagens e das propriedades rurais.

Possui, segundo o IBGE, censo de 2007 4.677 habitantes. A extensão territorial é de 135,92 Km<sup>2</sup> com uma densidade demográfica de 34,41 habitantes por Km<sup>2</sup>.

A área geográfica do Município situa-se na latitude de 27°. 18'28'', e uma longitude de 49°. 38'10''. A altitude fica em 344 metros acima do nível do mar.

Possui como limite territorial os municípios:

- ao Norte: Laurentino
- ao Sul: Atalanta e Ituporanga
- ao Leste: Rio do Sul e Aurora
- ao Oeste: Trombudo Central e Agrolândia

## **1.2 CLIMA E RELEVO**

O relevo apresenta-se suave ondulado a fortemente ondulado com solo tipo Cambissolo constituído de Siltitos, Argilitos, Arenitos e Folhelhos com restrições ao manejo. A temperatura média anual fica em torno dos 25°C com precipitação pluviométrica de 1.400 a 1.700 mm anuais.



### 1.3 RECURSOS HÍDRICOS

O Município é banhado pelo Rio Trombudo do qual desemboca os rios Ernesto, Valada Gropp e Mosquitinho.

### 1.4 DINÂMICA POPULACIONAL

#### 1.4.1 POPULAÇÃO URBANA E RURAL ANO 2007

Ano	Rural	Urbana	Total
2007	3.110	1.567	4.677

Fonte: IBGE

#### 1.4.2 POPULAÇÃO MASCULINA E FEMININA ANO 2007

Ano	Masculino	Feminino
2007	2.390	2.276

Fonte: IBGE

### 1.5 ATIVIDADE ECONOMICA RURAL

#### 1.5.1 ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICO E DE INFRA-ESTRUTURA

A economia do Município está baseada e fundamentada em setor primário, principalmente, no setor agropecuário.

A agricultura de subsistência é bastante expressivo sendo o excedente da produção comercializado em cooperativas, serialistas da região e fumageiras. O Arroz Irrigado, representa a terceira cultura em área plantada (364,00 hectares) com 54 produtores, destacando-se como a maior produtividade mundial por hectare. Cerca de 80% dos produtores são proprietários da terra e 20% são arrendatários. Utilizam vários tipos de agrotóxicos, causando problema de contaminação da água por estes produtos.

**Pecuária:** O tipo de rebanho predominantemente é o bovino e em segundo lugar o suíno, sendo a maior parte dele para subsistência e o excedente vendido para abatedouros da própria região.

**Piscicultura:** a piscicultura de caráter comercial vem desenvolvendo-se no Município à aproximadamente 10 anos. A área cultivada para o comercio totaliza 21,00 hectares sendo predominante às espécies Tilápia e Carpa, cujo destino são os Pesque e Pague.

Ligado ao dinamismo do Setor Primário, o Setor Terciário, somente cresce e desenvolve-se se houver aumento da produção agropecuária, que por sua vez irá proporcionar aumento de renda às famílias rurais canalizando assim, grande parte desta renda as atividades terciárias do município.

### Condições do Produtor

<b>TIPO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Proprietários	595
Arrendatários	68
Parceiros	23
Ocupantes	84
<b>TOTAL</b>	<b>770</b>

Fonte EPAGRI

### Condição dos produtores em relação à posse da terra por estrato de área em hectares

<b>Estratos em ha</b>	<b>Número</b>	<b>%</b>
0 - 10	184	37,50
10 - 20	199	40,50
20 - 50	98	20,00
50 - 100	7	1,50
> 100	3	0,50
<b>TOTAL</b>	<b>491</b>	<b>100,00</b>

- Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Agrônômica – com sede a Rua XV de Novembro, 569. Possui 52 associados.
- Associação dos Agricultores Agrônômica – O Município possui 03 associações; das quais tem como objetivo único, agrupar, comprar e organizar a agenda de seus implementos agrícolas.
- Uma associação esta situada na Valada Gropp.
- Uma associação esta situada na comunidade Mosquito Grande.
- Uma associação esta situada na comunidade de Cabeceira Ribeirão Areia.
- Comissão Municipal de Desenvolvimento Rural – formada por agricultores que representam cada qual sua localidade e tem como finalidade servir de ligação entre comunidade/técnicos/administração Municipal para legitimar, anseios, propostas, ações, metas do plano municipal de trabalho (técnico) e possui autonomia para requisitar recursos junto a órgãos públicos municipal/Estadual/Federal para a agricultura.

### 1.5.2 Utilização das terras

<b>Discriminação</b>	<b>Numero de propriedades</b>	<b>Área total (ha)</b>
Lavouras permanentes	26	89,00
Lavouras temporárias	621	4795,00
Pastagem natural	507	1562,00
Matas e florestas	507	3142,00

Fonte: IBGE

### 1.5.3 Principais atividades agrícolas

<b>Atividades</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Produtividade (t. Kg/ha)</b>	<b>Produção (t. Kg)</b>
Arroz	376,00	11.000	4.136
Fumo	1.440,00	1.695	2.442
Milho	2.920,00	4.464	13.170
Feijão	300,00	1.000	300
Mandioca	250,00	25	1.500
Cebola	150,00	15.000	2.250
Leite			2.700.000 litros ano
Ovos de galinha			850.000 dúzias
Mel de abelha			18.500 Kg

Fonte IBGE.

**1.5.4 Principais atividades pecuárias:** Animais de grande, médio e pequeno porte, avicultura, Apicultura e Aqüicultura.

<b>Atividade</b>	<b>Rebanho Total</b>
Bovinos / corte	4500
Ovinos	85
Suínos	6050
Aves (galos, frangas, frangos e pintos)	97500
Aves (galinhas)	60000
Bubalinos	30
Caprinos	30
Vacas - ordenhadas	1800

Fonte IBGE.

### 1.5.5 Síntese

<b>Ramo de atividade</b>	<b>Número de estabelecimento</b>
Agroindústria familiar	06
Casas Agropecuária	03
Cooperativas Agropecuárias	01
Cooperativas de crédito	01
Bancos BB BESC	01

## 1.6 LINHAS GERAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA/SC

A importância social e econômica das atividades desenvolvidas nas pequenas propriedades rurais dos municípios Catarinenses, destacando o Município de Agronômica, pode ser avaliada pela geração de emprego e renda, pois integram o agricultor e sua família ao meio rural. Seu desenvolvimento rural sustentável é feito desde a produção até ao consumidor, buscando identificar as oportunidades e ameaças do mercado, além dos diversos segmentos do sistema produtivo e comercial das atividades agrícolas dentro e fora do Município.

Visto, que “a promoção da agricultura sustentável corresponde ao desejo social de práticas que conservem os recursos naturais e fornecem alimentos mais saudáveis ao tempo em que garantam renda e qualidade de vida às famílias do campo.”<sup>32</sup>

Veja, numa empresa, o objetivo é a obtenção de lucros financeiros, já, na agricultura familiar, além de serem desenvolvidas atividades econômicas que visam lucros, têm a vida da família que ali reside. Não se pode pensar somente na obtenção de lucro, mas sim, na permanência, na evolução e na qualidade de vida destas pessoas.

Creio que é por isso, que o Governo Federal, Estadual e Municipal trata da administração rural com sentido mais amplo e real, pelas instituições que oferecem atendimentos em reuniões, visitas in locos, com orientações, cursos, projetos e programas oferecidos pelo governo como o Pronaf, entre outros, em parceria com o Banco do Brasil, vide seu plano oferecido aos agricultores interessados, pois possibilitam aos mesmos o aumento da capacidade de aproveitamento econômico familiar e social de suas propriedades rurais.

Outro aspecto a ser considerado:

A população rural envelhece e se torna cada vez mais masculina. Estas são as constatações sobre os dados do Levantamento Agropecuário de Santa Catarina. Apenas 17% da população que mora no campo têm entre 15 e 24 anos. Fatores relacionados à falta de renda, de acesso ao lazer, à educação, à saúde, à cultura e ao esporte e de autonomia nas decisões da propriedade provocam o abandono das atividades agrícolas, especialmente as moças. Na tentativa de reverter estas condições, foi organizado o grupo de jovens do Município de Agronômica. Dos 19 participantes da primeira reunião em valada mosquitinho, informa a facilitadora do MB – Microbacia 2 Leide D. Espindola, apenas um manifestou interesse em permanecer na propriedade rural. É

---

<sup>32</sup> SECRETARIA ESTADUAL DO PROJETO MECROBACIAS 2. **Panorama Sustentável: Sustentar o futuro no campo.** Nº 2. Dez.2007. Florianópolis/SC, p. 4.

preocupante, os demais querem sair o mais rápido possível, alegando dificuldades como morar longe do comércio e ter dificuldade com transporte público. Onde alguns agricultores contaram aos jovens suas experiências como agricultores.<sup>33</sup>

A preparação de jovens para que assumam o comando das propriedades rurais devem passar pelo conhecimento técnico mas também pela ampliação de novos horizontes. E de dar consequência ao novo paradigma do desenvolvimento sustentável regional baseado em apostas localizadas de capital humano e social, seja por avanços na seleção de plantas, de animais, domésticos mais produtivos, além de outras áreas como piscicultura, apicultura, turismo, dentre outros.

Considerando, que o “Projeto Microbacias 2 – MB2 e Microbacias Piava Parcerias Governo do Estado de Santa Catarina com o Banco Mundial, proporcionou investimentos em ações de geração de renda de conservação ambiental e de melhorias sociais no meio rural catarinense, como também no Município de Agronômica que também recuperou e faz manutenção da Mata ciliar, dentre outras.”<sup>34</sup>

Estes projetos continuam sendo importantes para Santa Catarina por propiciar aos agricultores experiências únicas de inclusão social, gestão ambiental e desenvolvimento econômico por meio de Microbacias 2 e da Microbacia Piava desenvolvidas no Município de Agronômica, por ser essencialmente democrático e descentralizado.

Tendo o plantio direto como prática agrícola sustentável e acessível, dentre outras atividades. Além de priorizar as ações com a juventude rural, a interatividade dos programas com a Secretaria Estadual e Municipal, Epagri, Banco do Brasil e outros parceiros públicos e privados, para transformarem em realidade as aspirações das comunidades.

Outro aspecto a ser considerado, neste contexto Municipal de Agronômica, tendo como referência o enfoque da sustentabilidade, instituído pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, em parceria entre os poderes públicos municipais, o governo estadual e federal e a iniciativa privada, inclusive o Banco do Brasil, pelo seu plano e presente no teor deste trabalho para conhecimento e apreciação. Este é executado de forma descentralizada e nele os agricultores familiares e suas organizações representativas são ao mesmo tempo beneficiários e parceiros, participando na programação, na execução, no aporte de recursos, no monitoramento e na avaliação das ações, por meio de controle, acompanhamento e relatórios.

---

<sup>33</sup> Ibid, p.61. (Informa-se que Valada Mosquitinho é um bairro do município de Agronômica).

<sup>34</sup> SANTA CATARINA. Microbacias 2 – Sustentar o futuro no campo. Folders- 2007.

Considerando que a população do Município de Agronômica é constituída de um universo de mais de 80% é população rural. Estas famílias de agricultores são responsáveis por mais de 80% da produção agrícola e da economia do Município, destacando-se a produção de Feijão, Arroz Irrigado, Milho, Fumo, Batatas, Mandioca, Melancia, Hortaliças, árvores plantadas (pinus, eucaliptos e outras), Frutíferas, Pecuária leiteira e de corte, Suínos, Aves, Piscicultura, turismo entre outras, e muitas delas estão também agregadas no Pronaf – Banco do Brasil, através de suas linhas, de ação, seja pelo crédito de investimentos ou financiamentos para produtos, infra-estrutura das propriedades, dentre outros.

Nota-se também, que o Município de Agronômica, como os demais Municípios do Estado de Santa Catarina sofrem os impactos adversos do processo de globalização, juntamente com as condições internas desfavoráveis vem afetando o meio rural de modo geral. E nos mostra pelos preços dos produtos no mercado, seus efeitos negativos sobre o modelo agrícola.

De um lado, temos os modernos complexos agroindustriais apoiados na avicultura, suinocultura, leite madeira, outros e de outro lado, os pequenos agricultores que passam por uma série de dificuldades, seja no manejo, plantio, colheita e venda dos produtos, além de contar com a adversidade climática, custo alto dos insumos, juros e pagamentos para o Pronaf, dentre outros. Isto tudo pesa, pois seus recursos e condições são mais precárias. Mas mesmo assim, lá estão eles batalhando na busca de um desenvolvimento que satisfaça suas necessidades, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades.

## **1.7 BANCO DO BRASIL: O QUE FAZ**

O “Plano Rural – Agências Banco do Brasil. Safra 2008 – 2009”. Dá continuidade ao compromisso do Governo Lula (Luiz Inácio Lula da Silva – Presidente da República) de apoiar o setor agropecuário no cumprimento de suas funções tradicionais de abastecimento do mercado interno, expansão das exportações e geração de emprego, divisas e energia.

Neste sentido, apresenta uma sinalização segura ante o direcionamento da política agrícola para o próximo ano safra 2008 – 2009. O governo intensifica seus esforços aprimorando instrumentos de política de apoio ao setor agropecuário em níveis de atendimento satisfatórios aos objetivos e assegura a continuidade do desenvolvimento sustentável, tendo as principais medidas adotadas:

- aumentar a oferta de recursos do sistema oficial de crédito rural;

- reduzir taxas de juros;
- ampliar os limites do crédito rural por tomador;
- ampliar a utilização dos instrumentos privados de crédito;
- intensificar o apoio a pequena e média agricultura;
- garantir recursos para equalização do Prêmio do Seguro Rural;
- continuar o esforço de consolidação do Seguro Rural;
- encaminhar ao congresso nacional e efetivar o Projeto Lei de criação do Fundo de catástrofes;
- garantir recursos para o apoio à comercialização antes e após o plantio;
- estimular as operações de hedge (seguro de preço).

A adoção dessas medidas, referentes ao aumento no volume de recursos e a redução de taxas de juros, objetivam a modernização do setor e a elevação da renda do produtor rural principalmente do pequeno produtor rural familiar.

O Governo considera que estas medidas contribuirão de modo eficaz para o atendimento à agropecuária e minimizar os esforços das dificuldades enfrentadas pelo setor e garantir a continuidade dos resultados alcançados pelo agronegócio, cujo mérito é do produtor rural, que é também um empreendedor.

Para tanto, oferece muitos programas que ampara o produtor nas reais necessidades de crédito, de custeio, de financiamentos, de investimentos e a ampliação desses limites que contemplam a equalização de preços, antes do plantio, de modo a garantir aos produtores a comercialização de suas safras a preços estabelecidos nas estimativas do custo variável e, conseqüentemente o desenvolvimento rural sustentável. Evitando assim o endividamento rural e, tem como seu parceiro, principalmente “o Banco do Brasil, através de seu Plano Rural – Safra 2008 – 2009, destacando entre os programas o do Pronaf, pelas linhas de custeio, investimento e comercialização que disponibilizam R\$ 13 bilhões para esta safra, com um aporte de um aumento de 150 % em relação aos R\$ 4,8 bilhões da safra 2007/2008”. (Governo Federal – AGF – Documento 3 – MDA/2009).

Informa-se que qualquer produtor rural terá informações precisas junto ao Banco do Brasil, sobre todas as linhas do Pronaf investimento, o agricultor familiar deve ter a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), que é gratuita e individual e seguir os seguintes passos no que tange ao “PRONAF MAIS ALIMENTOS” ou Pronaf com outras linhas e grupos de atendimento.

1 – Avaliar o projeto que pretende desenvolver.

- 2 – Procurar a empresa de ATER (assistência técnica e extensão rural) do Município para elaborar o projeto técnico de financiamento.
- 3 – Encaminhar o projeto para análise de crédito e aprovação do agente financeiro. (no caso Banco do Brasil, com o intuito de fortalecer a agricultura familiar).
- 4 – Com o projeto Técnico, negociar o financiamento junto ao agente financeiro (no caso Banco do Brasil).
- 5 – Aprovado o projeto, o agricultor familiar está apto a acessar o recurso.

Para tanto, o Banco do Brasil por meio de seus fiscais dessa área agrícola/rural pela carteira rural, com apresentação de relatórios, que acompanhará in loco o projeto agrícola de financiamento, de crédito de investimento ou de custeio, conforme a linha e grupos oferecidos pelo Pronaf, que muitas vezes podem ser concedidos de forma individual ou coletiva, conforme a situação rural nas atividades agropecuárias e não agropecuárias na obtenção de mais recursos e menos juros para todos os públicos.

Assim estarão contribuindo juntamente com o Poder Público, no caso com o Município de Agrônômica, o êxodo rural, os pequenos agricultores que deixam o campo e migram para as cidades em busca de melhores condições de sustentabilidade e de vida.

## **1.8 PLANO RURAL – AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL SAFRA – 2008/2009**

Este documento não tem caráter normativo. Ele se destina a fornecer orientações gerais para as Agências Banco do Brasil, empresas de Assistência Técnica - ASTEC conveniadas e entidades parceiras. Contêm facilitadores para adoção dos procedimentos previstos nos normativos do Banco, para a Agricultura Familiar. As Agências devem, obrigatoriamente, observar o Livro de Instruções Codificadas (LIC) do Banco do Brasil quando da contratação das operações, tendo em vista as constantes alterações que ocorrem nos normativos. Por outro lado, as empresas ASTEC e entidades parceiras devem recorrer às Agências Banco do Brasil para manterem-se atualizadas.

### **1.8.1 DIRETRIZES GERAIS PARA O AGRONEGÓCIO**

- Conjugação do crédito com mecanismos de convênios de integração, de proteção contra adversidades, como o Proagro, Proagro Mais e BB Seguro Vida Agricultura Familiar e mecanismos de mitigação de risco, como o BB Agro Risco Conveniada, fundos garantidores e hipoteca abrangente (hipotecão)



- Observação do zoneamento agrícola e a legislação sócio-ambiental
- Conjugação de seguro de produção agrícola - PROAGRO ou seguro agrícola para as lavouras que contam com zoneamento agrícola no estado
- Atendimento priorizado das demandas relativas ao Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS
- Incremento de convênios e parcerias com cooperativas agropecuárias e de crédito rural
- Estímulo às atividades produtivas orgânicas ou agroecológicas
- Estimulo à vocação econômica local
- Melhoramento da estrutura de armazenagem e produtiva
- Utilização pelas empresas parceiras de assistência técnica dos modelos padronizados pelo Assistente Técnico em Nível de Carteira – ATNC - Bando do Brasil para elaboração de propostas de custeio e investimento, através do site [www.atrpr.com](http://www.atrpr.com).

### **1.8.2 CRÉDITO RURAL**

O Banco disponibiliza recursos financeiros para Custeio Agrícola, Custeio Pecuário, Investimento e Comercialização.

Em contrapartida, conforme Manual de Crédito Rural - MCR do Bando Central - BACEN tem as seguintes exigências:

- idoneidade do tomador
- apresentação de orçamento, plano ou projeto
- oportunidade, suficiência e adequação dos recursos
- observância de cronograma de utilização e de reembolso
- fiscalização pelo financiador

### **1.8.3 NÃO CONSTITUI FUNÇÃO DO CRÉDITO RURAL**

- financiar atividades deficitárias ou antieconômicas
- financiar o pagamento de dívidas
- possibilitar a recuperação de capital investido
- favorecer a retenção especulativa de bens
- antecipar a realização de lucros presumíveis
- amparar atividades sem caráter produtivo ou aplicações desnecessárias ou de mero lazer

#### **1.8.4 O CRÉDITO RURAL NO BANCO DO BRASIL TEM OS SEGUINTE OBJETIVOS**

- financiar, oportuna e adequadamente, o custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários, estimularem os investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários
- incentivar a introdução de métodos racionais no sistema de produção, objetivando o aumento de produtividade, a melhoria do padrão de vida das populações rurais e a adequada defesa do solo
- fortalecer o setor rural

#### **1.8.5 O CRÉDITO RURAL DO BANCO DO BRASIL TEM AS SEGUINTE FINALIDADES**

- custeio das despesas normais da exploração da atividade agrícola e pecuária, inclusive o beneficiamento e/ou a industrialização primária de produção própria (OBS: Para efeito de crédito de custeio, a apicultura, a avicultura, a piscicultura, a sericultura, a aqüicultura e a pesca artesanal são consideradas exploração pecuária)
- comercialização da produção

Investimentos fixos e semi-fixos, cujo desfrute se estenda por vários períodos de produção, tais como: bens fixos (construção reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes; aquisição de máquinas e equipamentos de provável duração útil superior a 5 anos; obras de irrigação, açudagem, drenagem, proteção e recuperação do solo; destoca e reflorestamento; formação de lavouras permanentes; eletrificação e telefonia rurais; bens semi-fixos (aquisição de animais de pequeno, médio e grande porte para criação, recriação, engorda ou serviço; instalações, máquinas e equipamentos de provável duração não superior a 5 anos; aquisição de veículos, tratores, colheitadeiras, implementos, aquisição de equipamentos empregados na medição de lavouras)

#### **1.8.6. PÚBLICO ALVO DO CRÉDITO RURAL**

- produtor rural: pessoa física ou jurídica, inclusive associação de produtores rurais, que se dedique à atividade rural com fins econômicos
- Cooperativa de produtores rurais

Equiparado ao produtor rural: pessoa física ou jurídica que, embora sem conceituar-se como produtor, se dedique às seguintes atividades vinculadas ao setor: pesquisa ou produção de mudas ou sementes fiscalizadas ou certificadas; pesquisa ou produção de sêmen para inseminação artificial e embriões; prestação de serviços mecanizados, de natureza agropecuária, em imóveis rurais, inclusive para proteção de solo; prestação de serviços de inseminação artificial, em imóveis rurais; exploração da pesca e aquíicultura, com fins comerciais, inclusive armação de pesca, quando o proponente for responsável pelo empreendimento; medição de lavouras; atividades florestais; silvícola, desde que, não estando emancipado, seja assistido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que também deve assinar o instrumento de crédito.

#### **1.8.7 NÃO PODE OPERAR NO CRÉDITO RUAL, POR FORÇA DE DISPOSITIVO LEGAL**

- estrangeiro residente no exterior
- sindicato rural
- parceiro, se o contrato de parceria restringir o acesso de qualquer das partes ao financiamento

#### **1.8.8 FONTES DE RECURSOS PARA O CRÉDITO CUSTEIO AGRÍCOLAS**

#### **1.8.9 JUROS CONTROLADOS**

- Programas governamentais (PROGER, PRONAF, BNDES, FINAME, FCO, etc)

#### **1.8.10 CLASSIFICAÇÃO DO PRODUTOR**

- a) Agricultura Familiar: com base na renda obtida no último ano agrícola, por entidade credenciada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e registrada na Declaração de Aptidão ao Programa - DAP.

Agricultor Familiar é aquele que:

- possua área de até 4 módulos fiscais (ver no CCIR do imóvel)
- tenha no mínimo 70% da renda com origem agropecuária
- tenha renda bruta entre R\$ 4.000,00 e R\$ 110.000,00

<b>LINHA DE CRÉDITO</b>	<b>GRUPO</b>	<b>RENDA BRUTA ANUAL FAMILIAR</b>
PRONAF	Grupo A	até R\$ 14.000,00 obtida nos últimos 12 meses
	Grupo A/C	Não definido. Já deve ter contratado a primeira operação no Grupo "A"
	Grupo B	até R\$ 5.000,00 obtida nos últimos 12 meses
	Agricultor familiar	acima de R\$ 5.000,00 até R\$ 110.000,00 incluída a renda de outras atividades
PROGER	Proger Rural	até R\$ 250.000,00 com a aplicação dos rebates previstos

#### OBSERVAÇÕES:

- a) No **PROGER RURAL** a classificação do produtor rural é realizada através do levantamento da **Renda Agropecuária Bruta Anual** prevista para o próximo período de 1 ano de produção normal, englobando todas as atividades agropecuárias exploradas pelo agricultor.
- b) A classificação dos produtores rurais no **Pronaf** é comprovada mediante apresentação de Carta de Aptidão ao Programa, sendo sua emissão de responsabilidade das entidades credenciadas.

#### 1.8.11 REBATES PARA FINS DE CLASSIFICAÇÃO DO PRODUTOR

- a) Proger Rural: rebater em 50% a renda bruta proveniente da avicultura não integrada, floricultura, pecuária leiteira, piscicultura, olericultura, sericicultura e suinocultura não integradas e aplicação de rebate de 90% (noventa por cento) na renda bruta proveniente das atividades de avicultura e suinocultura integradas ou em parceria com a agroindústria.
- b) Agricultura Familiar: Para efeito de enquadramento no Pronaf, devem ser rebatidas em:
- 50% (cinquenta por cento), a renda bruta proveniente das seguintes atividades intensivas em capital: ovinocaprinocultura, piscicultura, sericicultura, fruticultura;
  - 70% (setenta por cento), a renda bruta proveniente das atividades de turismo rural, agroindústrias familiares,  
Olericultura e floricultura, pecuária leiteira, avicultura não integrada e suinocultura não integrada;
  - 90% (noventa por cento), a renda bruta proveniente das atividades avicultura e suinocultura integrada ou em parceria com a agroindústria.

### 1.8.12 LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Existem atividades em que há exigência do Licenciamento Ambiental para operações de CUSTEIO e INVESTIMENTO, tais como: instalação de agroindústrias, manejo florestal de espécies nativas, desmatamento e destoca, suinocultura, criação confinada de certo número de animais etc. Financiamentos de custeio de culturas anuais (milho, feijão, soja, etc.) exceto as irrigadas, ainda, não exigem a apresentação do licenciamento ambiental. Em Santa Catarina, o órgão responsável pela análise da necessidade e emissão do Licenciamento Ambiental é a FATMA - Fundação do Meio Ambiente, site: [www.fatma.sc.gov.br](http://www.fatma.sc.gov.br). Resolução CONSEMA 01/06, publicada DOE em 22/01/07.

### 1.8.13 LIMITE FINANCIÁVEL

a) Agricultura Familiar: é definido pelas planilhas do Banco.

### 1.8.14 CAPACIDADE DE PAGAMENTO

O projeto técnico deverá considerar todas as atividades exploradas, com todas suas receitas e despesas, dívidas com terceiros, juros e acessórios do empréstimo solicitado, aluguel de máquinas e equipamentos, arrendamento de terras e manutenção familiar. O Banco possui planilhas eletrônicas para elaboração de propostas de custeio e projetos técnicos para investimento, disponíveis a todos os interessados e de forma gratuita, onde consta uma planilha automatizada para o cálculo da capacidade de pagamento com informações contidas no arquivo “atualiza” dentro do site [www.atrpr.com](http://www.atrpr.com) (ver item específico site ATRPR).

### AGRICULTURA

CULTURA	PISO (kg/ha)	TETO (kg/ha)	ESPERADO (kg/ha)	CUSTEIO (R\$)	PREÇO PROJETADO (R\$/KG)
ABÓBORA-MORANGA	10.000	12.000	11.000	2.309,74	0,3450
ALFACE IRRIGADO (*)	5.000	6.000	5.500	5.421,02	3,0140
AMEIXA	15.000	18.000	16.500	5.950,36	1,5039
ARROZ IRRIGADO	5.000	6.000	5.500	1.455,15	0,6357
ARROZ IRRIGADO	6.000	7.000	6.500	1.585,61	0,6357
ARROZ IRRIGADO	7.000	8.000	7.500	2.091,75	0,6357
ARROZ IRRIGADO	8.000	10.000	9.000	2.325,65	0,6357
ARROZ IRRIGADO	10.000	12.000	11.000	2.972,55	0,6357
BATATA BAROA	8.000	10.000	9.000	3.765,45	0,5910
BATATA INGLESA	10.000	2.000	11.000	3.624,75	0,4234

BATATA DOCE	12.000	15.000	13.500	2.320,86	0,3791
BETERRABA	18.000	22.000	20.000	4.742,25	0,4273
CAQUI	20.000	24.000	22.000	3.392,10	0,7076
CEBOLA SEM IRRIG.	10.000	12.000	11.000	3.013,85	0,4319
CEBOLA SEM IRRIG.	12.000	15.000	13.500	3603,30	0,4319
CEBOLA SEM IRRIG.	15.000	18.000	16.500	4.631,24	0,4319
CEBOLA SEM IRRIG.	18.000	22.000	20.000	5.532,46	0,4319
CEBOLA SEM IRRIG.	22.000	6.000	24.000	6.286,23	0,4319
CEBOLA COM IRRIG.	18.000	22.000	20.000	5.712,16	0,4319
CEBOLA COM IRRIG.	22.000	26.000	24.000	6.465,93	0,4319
CEBOLA COM IRRIG.	26.000	30.000	28.000	7.269,77	0,4319
CEBOLA COM IRRIG.	30.000	35.000	32.500	8.314,15	0,4319
CENOURA	26.000	30.000	28.000	6.660,84	0,4714
FEIJÃO	800	1.000	900	964,13	1,4139
FEIJÃO	1.000	1.200	1.100	972,88	1,4139
FEIJÃO	1.200	1.500	1.350	1.151,01	1,4139
FEIJÃO	1.500	1.800	1.650	1.380,76	1,4139
FEIJÃO	1.800	2.200	2.000	1.497,81	1,4139
GIRASSOL	1.500	1.800	1.650	899,42	0,4858
MANDIOCA 2C	18.000	22.000	20.000	1.322,98	88,59
MANDIOCA 2C	22.000	26.000	24.000	1.655,88	88,59
MANDIOCA 2C	26.000	30.000	28.000	1.975,42	88,59
MANDIOCA 2C	30.000	35.000	32.500	2.050,52	88,59
MANDIOCA 1C	12.000	15.000	13.500	1.102,98	88,59
MELANCIA	22.000	26.000	24.000	1.509,71	0,2014
MELANCIA	26.000	30.000	28.000	2.075,38	0,2014
MELANCIA	30.000	35.000	32.500	3.241,59	0,2014
MILHO PLANTIO CONVENCIONAL	3.000	3.500	3.250	701,31	0,4014
MILHO PLANTIO CONVENCIONAL	3.500	4.000	3.750	880,13	0,4014
MILHO PLANTIO CONVENCIONAL	4.000	5.000	4.500	1.114,58	0,4014
MILHO PLANTIO CONVENCIONAL	5.000	6.000	5.500	1.272,27	0,4014
MILHO PLANTIO CONVENCIONAL	6.000	7.000	6.500	1.606,62	0,4014
MILHO PLANTIO CONVENCIONAL	7.000	8.000	7.500	1.806,39	0,4014
MILHO PLANTIO DIRETO	4.000	5.000	4.500	1.153,20	0,4014
MILHO PLANTIO DIRETO	5.000	6.000	5.500	1.338,22	0,4014
MILHO PLANTIO DIRETO	6.000	7.000	6.500	1.647,42	0,4014
MILHO PLANTIO DIRETO	7.000	8.000	7.500	1.850,00	0,4014
MILHO PLANTIO DIRETO	8.000	10.000	9.000	2.047,74	0,4014
MUDAS DE LARANJA (**)	40.000	50.000	45.000	26.615,52	2,6711
MUDAS DE PINUS (****)	4.400	5.500	3.150	271.092,18	201,19
PEPINO (CONSERVA)	10.000	12.000	11.000	4.782,00	0,8672
PEPINO (CONSERVA)	50.000	60.000	55.000	28.568,87	0,9254
PÊSSEGO	15.000	18.000	16.500	5.447,99	0,9504
ORNAMENTAIS VERDES(**)	18.000	22.000	20.000	33.651,20	4,1270

ORNAMENTAIS FORRAÇÃO(***)	90.000	110.000	100.000	236.082,14	4,6445
REPOLHO	25.000	30.000	27.500	4.062,54	0,2271
TANGERINA	12.000	15.000	13.500	2.583,26	0,6085
TOMATE	50.000	60.000	55.000	13.675,56	0,6367
UVA	12.000	15.000	13.500	3.228,99	1,2073

(\*) UNIDADE EM DÚZIAS/HECTARE

(\*\*) UNIDADE EM MUDAS/HECTARE

(\*\*\*) UNIDADE EM CAIXAS COM 15 MUDAS/HECTARE

(\*\*\*\*) UNIDADE EM MIL MUDAS/HECTARE

## PECUÁRIA

PRODUTO	PRODUTIVIDADE DE	UNIDADE DE FINANCIAMENTO	CUSTEIO TOTAL(R\$)	CUSTEIO FINANCIÁVEL (R\$)	PREÇO PROJETADO (R\$/kg)
APICULTURA	15 -20 kg/colméia	Colméia	33,98	33,98	4,1723
MATRIZ BOVINA	1	Matriz	200,95	200,95	847,80
NOVILHO (A) 12-24 MESES	1	Cabeça	68,17	68,17	506,69
LEITE	7,1 - 9 l/v/dia	Vaca	716,77	430,00	0,5264
	9,1 - 11 l/v/dia	Vaca	857,38	514,42	0,5264
	11,1 - 13 l/v/dia	Vaca	1.014,38	608,62	0,5264
	13,1 - 15 l/v/dia	Vaca	1.227,83	736,70	0,5264
	15,1 - 18 l/v/dia	Vaca	1.597,71	958,62	0,5264
TILÁPIA/CARPA - indústria	tilápia = 5.500-6.500 kg/ha	ha lâmina água	9.245,50	9.245,50	1,92
	carpa = 3.000 kg/ha				2,05
TILÁPIA/CARPA - indústria	tilápia = 4.500-5.500 kg/ha	ha lâmina água	6.449,00	6.449,00	1,92
	carpa = 2.250 kg/ha				2,05
TILÁPIA/CARPA - indústria	tilápia = 3.500-4.500 kg/ha	ha lâmina água	4.712,50	4.712,50	1,92
	carpa = 2.000 kg/ha				2,05

**Obs:** Os valores acima podem ser modificados pelo Banco a qualquer momento, desde que haja alteração significativa dos preços dos insumos no mercado. Os valores referenciais de custeio foram determinados com base nos preços médios de mercado dos insumos e serviços no mês de JUNHO/2008, para a região do Alto Vale do Itajaí.

**Outros produtos podem ser cadastrados mediante solicitação.**

**ATENÇÃO:** Lavouras de milho para silagem devem ser financiadas como CUSTEIO PECUÁRIO e não como custeio para produção de grãos.

## TETOS FINANCIÁVEIS DAS LINHAS DE CRÉDITO – CUSTEIO

### a) Agricultura Familiar

LINHA	GRUPO	LINHA DE RÉDITO	VALOR MÁXIMO/ PRODUTOR/SAFRA	TAXA DE JUROS (a.a.)
PRONAF	A/C	Pronaf Custeio Reforma Agrária Grupo A/C	R\$ 3.500,00	1,5 %
	Agricultor Familiar	Até R\$ 5.000,00		1,5 %
		Acima de R\$ 5.000,00 a R\$ 10.000,00		3,0 %
		Acima de R\$ 10.000,00 a R\$ 20.000,00		4,5 %
		Acima de R\$ 20.000,00 até R\$ 30.000,00		5,5 %
PROGER	***	Proger Rural	R\$ 150.000,00	6,25 %

Obs: GRUPO C – O antigo produtor com DAP até 28.03.08 e que até 30.06.2008 não tenha obtido os 6 rebates de R\$ 200,00 poderá, ainda, contratar nesta modalidade.

### PRONAF – BANCO DO BRASIL O QUE PODE OFERECER

As barreiras que enfrentam poderiam ser minimizadas com a organização dos produtores em associações, talvez via cooperativa, por ser favorecidos pelas linhas de custeio e investimento do Pronaf – Banco do Brasil das que já estão, mas objetivando novas áreas para sua implementação como:

- agricultura orgânica com diversas culturas.
- cultivo e manejo de árvores plantadas como: o pinus e o eucalipto com maiores extensões de cultivo. Objetiva agregar o cultivo do palmito e da erva-mate.
- Industrialização colonial de compotas, conservas, embutidos, doces, queijos, defumados de peixes como Tilápia, e outros.
- capacitação para produtores.
- abrir novas frentes para o comércio.
- ampliar o turismo.

O que lhes permitirá maiores complementaridades agrícolas e conseqüentemente maiores ganhos de escala. Possivelmente, esta será a melhor percepção que poderá favorecer aos produtores de modo geral. Se houver maior adesão ao Pronaf- Banco do Brasil junto as pequenas propriedades rurais e demais áreas, em prol de benefícios aos mesmos. Além de possibilitar o crescimento e sucesso do Município.

Acredita-se, que o Pronaf, sem dúvida, propiciará aos agricultores, melhores resultados, revelando um novo cenário no meio rural.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo pesquisa realizado foi consciencioso e responsável, por conter em seu bojo, conteúdos que merecem ser conhecidos, por mostrar-nos uma abordagem importante da agropecuária sustentável catarinense no cenário brasileiro. Tendo como foco a agricultura familiar nas pequenas propriedades rurais catarinenses, destacando o Município de Agronômica.

Ressalta-se, que Santa Catarina com seus Municípios, entre eles Agronômica, vem se tornando mais competitivos com seus produtos de origem agropecuária e florestal. No entanto, temos muito a fazer para alcançar níveis seguros de competitividade nacional e internacional. Os produtos com níveis adequados de sanidade ajudam o Brasil a formar divisas econômicas e por consequência promover empregabilidade.

A agricultura familiar de pequenas propriedades rurais tem importância significativa na formação da renda do produtor, melhor estilo de vida e produção de alimentos livres de agrotóxicos, atendendo umas das exigências da população que afeta profundamente o modo de produção. Principalmente, por estar abrindo novas alternativas de renda para boa parte dos produtores, que se dedicam a esta atividade da agricultura orgânica ou ecológica que substituem os insumos tecnológicos. Como também, o cultivo e plantio de árvores e o aperfeiçoamento do arroz irrigado.

Dentro dessa visão holística da unidade de produção, o manejo orgânico privilegia não só o uso eficiente dos recursos naturais e seu aproveitamento, mas também, a manutenção da biodiversidade, a preservação ambiental ao desenvolvimento econômico, bem como à qualidade de vida humana.

Assim, na agricultura, os produtores observam o meio ambiente, incluindo aí o clima, para o planejamento das safras, escolha dos melhores cultivos, colheitas, plantações de árvores, criações, usam de tecnologias, de infra-estrutura, dentre outros.

Tendo presente também, que a agricultura constitui-se no principal referencial de luta contra a alienação predatória que o homem se encontra nesse momento da história, pois carrega em seu bojo o sentido da vida e preconiza a produção de alimentos introyetados de saúde e aumento da longevidade humana. Isto é sentido em todos os Municípios do País.

Do ponto de vista agrícola, o Município de Agronômica também, não foge a regra, prima por uma agropecuária saudável e de confiança. Só assim, conquistará um futuro melhor para todos os envolvidos nessa jornada. Por isso, apresenta bons índices de rendimento

econômico, graças a capacidade de trabalho, de inovação dos produtores, ao emprego de tecnologias adequadas, assessoria técnica pela Epagri, Cidasc, Prefeitura e principalmente pelas políticas públicas governamentais como o Pronaf- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em parceria com o Banco do Brasil, que oferece pelo seu Plano Rural – Safra 2008/2009 articular medidas que possam ser adotadas, atendendo a realidade da agricultura familiar e a adesão do produtor no campo.

Principalmente, por oferecer crédito e investimentos, com juros baixos e seguridade aos que deles participar. Possibilitando a geração de emprego e renda, o estabelecimento sustentável, seja para a satisfação do produtor, seu bem-estar, econômico, social e ambiental.

Sendo que as formações de parcerias possibilitam o fortalecimento da agricultura, como também de outras áreas, através da implementação de projetos que os introduz na qualificação técnico – profissional dos agricultores em produção, beneficiamento, agroindustrialização e comercialização no mercado competitivo.

Visto, que o Pronaf em parceria com o Banco do Brasil, através de seu Plano Rural – Safra 2008 – 2009, com investidas em outras áreas, presentes no Município, possam numa ação conjunta divulgá-lo, na obtenção de identificar as fontes de recursos que os mantém e suporta, para que os produtores possam deles usufruir e transformar a agricultura familiar em uma experiência bem sucedida nos processos decisórios, assegurando a continuidade da produção agropecuária nas propriedades estabelecidas ou de outras que possam advir.

Essa interação poderá gerar um processo de aprendizagem e de abertura entre Prefeitura, Banco do Brasil produtores e a população na busca de decisões construtivas e compartilhadas, onde podem extrapolar e potencializar os recursos financeiros, previstos nos projetos. Os resultados alcançados, sem dúvida, irá fortalecer as expectativas de que muitas coisas possam mudar a partir do processo de organização geradas nas comunidades do Município de Agrônômica, pela divulgação e pelo fazer fazendo. Uma prova que investir em desenvolvimento rural vale a pena.

## REFERÊNCIAS

BERTOLDI, Arlinda. **Conversa Precisa Sobre Árvore Eucalipto, como base Sustentável ao Colono Rural**. Estencionista da EPAGRI. Rio do Sul/SC, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento agrário – Secretaria da Agricultura Familiar/ SAF. Pronaf. Documento de Adoniram Sanches Peraci/ Secretário de Agricultura Familiar para os Estados. Brasília, Setembro 2007.

ENGENHEIRO AGRº. M. SC, EPAGRI-Estação Experimental de Itajaí, C.P. 277, 88301-970. Itajaí/SC.

EPAGRI – Rio do Sul/SC. Dados divulgados pelo IBGE – SC. Florianópolis, 2003.

\_\_\_\_\_ Informações CEPA – SC. Florianópolis/SC, 2005.

\_\_\_\_\_ Plantações de árvores – SC. Florianópolis/SC, 2008.

\_\_\_\_\_ Tecnologia Social & Rural – SC. Florianópolis/SC, 2008.

<http://www.cni.unc.br/adrplan/agricultura.htm#agro>. Acesso em 10/11/2008.

<http://www.saapesquisa.com/oquee/agriculturadesubsistenciafamiliar.html>. Acesso em 03/04/2008.

<http://www.sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/CaféOrganico2ed/fundamentos.html>. Acesso em 12/11/2008.

<http://www.suapesquisa.com/oque e/agriculturasubsistencia.html>. Acesso em 12/11/2008.

<http://www.ceplac.gov.br/radan/Artigos/artigo26.html>. Acesso em 11/2008.

INSTITUTO CEPA/SC. **Agricultura orgânica – SC**. Grande Florianópolis Sustentabilidade – Indicadores de Desenvolvimento. Florianópolis. Instituto CEPA/SC, 2005.

\_\_\_\_\_ **Características e Necessidades de Informações na pequena agroindústria familiar**. Agroindústria – estudo de caso. Florianópolis/SC, 2002.

KAMP, J. Van Der & SCHUTHOF,P. **Geração Participativa de tecnologias: implicações práticas e teórica**. Rio de Janeiro: ASPTA, 1999.

KREUZ, Carlos Leomar. **Portaria 018/08. Presidente da Fatma**. Florianópolis/SC, 2008.

PAULUS, M. J. & SCHLINDWEIN, S. L. **Do padrão moderno a agricultura alternativa**. Artigo. EPAGRI – Agropecuária. Florianópolis/SC, 2002.

PEDROSO, José Zeferino. **Legislação Federal & portaria 018/08**. FAESC. Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina. Florianópolis/SC, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL – Secretaria de Agricultura – Agrônômica/SC, 2008.

PERACI, Adoniram Sanches. **Ministério do Desenvolvimento Agrário** – SAF – Secretaria da Agricultura Familiar. Secretaria de Agricultura Familiar. Brasília, 2007.

RAMOS, M. G. et al. **Manual de Silvicultura – Cultivo de Florestas Plantadas**. Boletim Didático. EPAGRI, Florianópolis/SC, 2005.

SANTA CATARINA. Microbacias 2 – **Sustentar o futuro no campo**. Folders- 2007.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA – MDA- SC. Instituto CEPA/SC. Barreiras ao comércio agrícola, 2006.

SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR – SAF. Proteção à produção Agrícola – crédito Pronaf. Brasília, 2007.

SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR – SAF. Proteção à produção Agrícola – crédito Pronaf. Brasília, 2007.

SECRETARIA ESTADUAL DO PROJETO MECROBACIAS 2. Panorama Sustentável: Sustentar o futuro no campo. Nº 2. Dez.2007. Florianópolis/SC, p. 4.

SINTESE ANUAL DA AGRICULTURA – EPAGRI. Florianópolis: Instituto CEPA/SC.2002. Epagri – Rio do Sul/SC, 2008.

VARASCHIN, V. M. et ali. O valor da produção Agropecuária nas microrregiões geográficas de Santa Catarina. Florianópolis: Instituto CEPA/SC, 2007.